

### Rede Energia Participações S.A. (nova denominação social da Rede Energia S.A.) Notas explicativas às demonstrações financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A. ("Rede Energia" ou "Companhia"), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do dia 21 de julho de 2017 foi homologada a alteração da denominação social da Rede Energia S.A que passou a ser denominada Rede Energia Participações S.A.

A Rede Energia possui o direito de explorar, indiretamente concessões e/ou autorizações de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS")	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ("ETO")	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia ("EMT")	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ("EMS")	04/12/1997	03/12/2027

  

Outros Serviços	Natureza
Multi Energisa Serviços S/A ("MULTI")	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica

As controladas ESS, (atual denominação da CAIUA), CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu das controladas atendimentos aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2017, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos de concessão (distribuição) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

### **Distribuição de energia elétrica:**

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão das controladas, Energisa Sul - Sudeste Distribuidora de Energia S/A (“ESS”) (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”)) que incorporou as empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEVP”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015 os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

### **Agrupamento de áreas de concessão**

As áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nºs. 12/1999, 13/1999, 14/1999, 16/1999 e 22/1999, titularizados respectivamente, pela Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, pela Caiuá Distribuição de Energia S.A. - Caiuá, pela Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP, pela Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e pela Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO foram agrupadas a partir de 01 de julho de 2017, em uma única empresa, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 6.318 de 25 de abril de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a incorporação pela Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”)) das empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (“EDEVP”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste

("CFLO"), de forma que a nova área de concessão será explorada através do Sexto Aditivo do Contrato de Concessão 13/1999 pela Energisa Sul-Sudeste (ESS).

Tal operação tinha por finalidade, em atendimento à regulamentação vigente, obter sinergia nos processos para melhorar os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira e conferirá maior eficiência gerencial e organizacional do Grupo Energisa.

Após a unificação, a controlada ESS atenderá 739 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 30 mil km<sup>2</sup>, que envolve 82 municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Para tanto, a nova Concessionária permanecerá com 1,4 mil colaboradores que compunha o quadro das cinco Distribuidoras.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido das empresas EDEVP, EEB, CNEE, e CFLO foram avaliados na data base de 31 de maio de 2017, com base no valor contábil, pelos montantes de R\$141.800, R\$101.434, R\$80.782 e R\$17.726, respectivamente, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores.

O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras.	52.315	46.561	53.296	21.326	173.498
Consumidores e concessionárias	63.993	49.495	24.756	13.681	151.925
Tributos a recuperar	15.127	40.529	11.387	12.541	79.584
Créditos tributários	21.827	11.502	6.020	5.478	44.827
Ativos financeiros setoriais	4.861	5.216	12.197	5.559	27.833
Cauções e depósitos vinculados	13.570	4.229	2.939	127	20.865
Contas a receber da concessão	5.256	8.394	5.895	1.548	21.093
Outros ativos	25.756	18.046	13.878	8.749	66.429
Intangível	119.526	158.967	98.370	26.368	403.231
Fornecedores	27.872	38.581	33.450	10.240	110.143
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	36.192	81.839	42.522	40.053	200.606
Tributos e contribuições sociais	47.226	40.502	27.072	6.175	120.975
Passivos financeiros setoriais	28.350	31.623	15.315	2.821	78.109
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.503	-	6.403	24.906
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.251	3.245	1.998	499	10.993
Encargos setoriais	16.934	15.930	10.912	4.761	48.537
Outras contas a pagar	18.606	11.282	16.687	6.699	53.274
<b>Acervo líquido</b>	<b>141.800</b>	<b>101.434</b>	<b>80.782</b>	<b>17.726</b>	<b>341.742</b>

Os saldos de valores a receber e a pagar das empresas foram eliminados no processo de incorporação.

### Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Dessa forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

I - Operar Usina termelétrica;

II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;

III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;

IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;

V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;

VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e

VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

#### **Comercialização de energia elétrica:**

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

#### **Serviços:**

A Rede Energia, através de sua controlada direta Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

#### **Recuperação judicial de controladas**

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de dezembro de 2017 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
<b>= Saldos em 2015</b>	<b>139.513</b>	<b>42.036</b>	<b>181.549</b>
(+) Atualização (1)	11.410	3.559	14.969
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	11.414	3.169	14.583
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(6.980)	(1.013)	(7.993)
<b>= Saldos em 2016</b>	<b>155.357</b>	<b>47.751</b>	<b>203.108</b>
(+) Atualização (1)	11.481	3.485	14.966
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	17.857	3.992	21.849
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.456)	(961)	(5.417)
<b>= Saldos em 2017</b>	<b>180.239</b>	<b>54.267</b>	<b>234.506</b>

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício da controladora e consolidado.
- (2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017 foram liquidadas diretamente pela própria Rede Energia e Energisa cerca de R\$13.410 (R\$11.436 dívida da Companhia e R\$1.974 dívida da CTCE).

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

### 2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### 2.3. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e

passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturado), Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Créditos tributários, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado, Instrumentos financeiros e Gerenciamento de riscos e Benefícios a empregados.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC 48 / IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC 47 / IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10 (R1)/ IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 11 / IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 28 / IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

##### (i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia e suas controladas planejam adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia e suas controladas realizaram uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia e suas controladas em 2018, quando a Companhia e suas controladas passarão a adotar a IFRS 9.

#### **(a) Classificação e mensuração**

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

#### **(b) Redução ao valor recuperável**

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia e suas controladas aplicarão a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

#### **(c) Contabilidade de hedge**

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

**Divulgação:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

**Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

#### **(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:**

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas optaram por adotar a nova norma

na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terão seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada de suas receitas e não identificaram circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS 15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

#### **(a) Receita de distribuição de energia elétrica**

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, distribuidoras de energia elétrica, estimam e reconhecem a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia e suas controladas não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

#### **(b) Receita de Disponibilidade do sistema distribuição da rede elétrica**

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

#### **(c) Receita de subvenções governamentais**

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

#### **(d) Receita de construção da infraestrutura**

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia e suas controladas não esperam que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.



**(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva)**

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras

**(f) Receita de uso mútuo de redes e postes**

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60%, incorporado às tarifas como redutor de receita. Para empresas submetidas aos novos aditivos dos contratos de concessão esse fator redutor é realizado anualmente, a cada reajuste tarifário, e para empresas submetidas aos antigos contratos de concessão, esse fator redutor é calculado sobre a média anual dos últimos 3 anos e aplicado a cada processo de revisão tarifária em intervalos de 4 ou 5 anos.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**(g) Receita de serviços especializados**

A Receita de Serviços Especializados é referente a prestação dos serviços de a construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica e a participação no capital de outras empresas. Com base em sua avaliação, a Companhia e sua controlada Multi Energisa não esperam que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**(h) Ativo financeiro indenizável da concessão**

A receita de atualização reconhecida pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos):**

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia e suas controladas planejam avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

**Transição:** como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

**(iv) Outras alterações:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que segue:

- . Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- . Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- . Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- . Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- . Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- . ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- . Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- . Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são

mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores;

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justos dos instrumentos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, ativos financeiros setoriais, créditos com partes relacionadas, contas a receber da concessão, e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, débitos com partes relacionadas, parcelamento de impostos, taxas regulamentares, passivos financeiros setoriais, e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 37 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: “hedge” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir desta data;

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL e práticas da Companhia;

- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. As controladas, distribuidoras de energia elétrica, possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. A classificação está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas, distribuidoras de energia elétrica passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM, alterado para IPCA a partir do exercício de 2016.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, a controlada ESS, (atual denominação da Caiuá) e as empresas CNEE, EDEVP, EEB e CFLO que foram incorporadas pela ESS, efetuaram novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados com base no prazo de vida útil do bem a que está vinculado.

As controladas reconhecem a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- g. **Ativo e passivo financeiro setorial** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12;

- h. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- i. **Combinação de negócios** - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;
- j. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18);

- k. **Arrendamento mercantil** - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.
- l. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 03 de dezembro de 2027 e ESS, (atual denominação da Caiuá) e as empresas CNEE, EBB, CFLO e EDEVP que foram incorporadas pela ESS em 30 anos com vencimento para 07 de julho de 2045 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.

**m. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

**n. Redução a valor recuperável**

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são

alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- o. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- p. **Derivativos** - A Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo

valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

- q. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- r. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- u. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- v. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- w. **Benefícios pós emprego** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego - A Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado



na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. A Companhia e suas controladas patrocina, plano de assistência médica e hospitalar aos colaboradores que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

- x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- y. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.
- z. **Ativos disponíveis para venda** - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

#### 4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2017	2016
<b><u>Controladas diretas</u></b>			
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (2)	Distribuição de energia	-	95,85
Companhia Nacional de Energia Elétrica (2)	Distribuição de energia	-	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste (2)	Distribuição de energia	-	98,30
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. (2)	Distribuição de energia	98,99	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (2)	Distribuição de energia	-	100
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,99	99,99
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Agrícola	100	100
<b><u>Controlada indireta</u></b>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

(2) Em 30 de junho de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária foram aprovadas as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) a Empresa Elétrica Bragantina S.A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, e Companhia Força e Luz do Oeste.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

#### 5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

##### a) Informações sobre segmentos

	2017		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	8.977.152	-	8.977.152
Receitas Intersegmentos	-	34.301	34.301
<b>Total</b>	<b>8.977.152</b>	<b>34.301</b>	<b>9.011.453</b>
Receitas Financeiras	412.957	92.995	505.952
Despesas Financeiras	(806.784)	(133.749)	(940.533)
<b>Total</b>	<b>(393.827)</b>	<b>(40.754)</b>	<b>(434.581)</b>
Depreciação e amortização	587.042	2.656	589.698
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	328.917	(36.475)	292.442

	2016		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	7.739.833	-	7.739.833
Receitas Intersegmentos	-	45.836	45.836
<b>Total</b>	<b>7.739.833</b>	<b>45.836</b>	<b>7.785.669</b>
Receitas Financeiras	435.683	62.803	498.486
Despesas Financeiras	(841.198)	(117.623)	(958.821)
<b>Total</b>	<b>(405.515)</b>	<b>(54.820)</b>	<b>(460.335)</b>
Depreciação e amortização	508.171	2.785	510.956
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	197.238	(27.684)	169.554

	Distribuição	Serviços	2017	2016
<b>Ativos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>14.577.949</b>	<b>662.542</b>	<b>15.240.491</b>	<b>14.125.365</b>
Ativo circulante	3.960.026	115.487	4.075.513	3.678.714
Ativo não circulante	10.617.923	547.055	11.164.978	10.446.651
<b>Passivos dos segmentos divulgáveis</b>	<b>9.629.086</b>	<b>1.475.952</b>	<b>11.105.038</b>	<b>10.031.900</b>
Passivo circulante	3.395.331	67.603	3.462.934	3.194.825
Passivo não circulante	6.233.755	1.408.349	7.642.104	6.837.075

#### b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2017	2016
<b>Receita</b>		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	9.011.453	7.785.669
Eliminação de receitas intersegmentos	(34.301)	(45.836)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>8.977.152</b>	<b>7.739.833</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	589.698	510.956
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>589.698</b>	<b>510.956</b>
<b>Receita financeira</b>		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	505.952	498.486
Eliminação de receitas intersegmentos	(19.292)	(17.240)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>486.660</b>	<b>481.246</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(940.533)	(958.821)
Eliminação de receitas intersegmentos	19.292	17.240
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(921.241)</b>	<b>(941.581)</b>
<b>Lucros</b>		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	292.442	169.554
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>292.442</b>	<b>169.554</b>

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	15.240.491	14.125.365
Outros valores não alocados	(315.378)	(198.669)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>14.925.113</b>	<b>13.926.696</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	11.105.038	10.031.900
Outros valores não alocados	(315.378)	(198.669)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>10.789.660</b>	<b>9.833.231</b>

## 6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 6.1 Caixa e equivalente de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por CDB's e Operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2017 equivale a 92,54% do CDI (100,78% do CDI em 2016).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>732</b>	<b>869</b>	<b>24.567</b>	<b>27.570</b>
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>9.757</b>	<b>32.439</b>	<b>364.814</b>	<b>421.975</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	27.198	305.483
Compromissada	9.757	32.439	337.616	116.492
<b>Total caixa e equivalentes de caixa - Circulante</b>	<b>10.489</b>	<b>33.308</b>	<b>389.381</b>	<b>449.545</b>

### 6.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2017 equivale a 105,88% do CDI (105,74% do CDI em 2016).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>29</b>	<b>17.347</b>	<b>811.495</b>	<b>858.860</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	2.450	48.850
Compromissada <sup>(1)</sup>	-	-	14.217	-
Fundos de Investimento <sup>(2)</sup>	29	17.347	331.818	95.699
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>361.433</b>	<b>623.947</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	5.149	37.442
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	1.911	5.916
Debêntures	-	-	55.097	116.444
Compromissadas	-	-	5.239	7.396
Títulos públicos	-	-	10.386	12.584
Fundo de Crédito	-	-	-	22.314
Fundo de Renda Fixa	-	-	79.072	153.404
Letra financeira do tesouro (LFT)	-	-	40.618	46.757
Letra financeira (LF)	-	-	162.984	219.840
Letra financeira subordinada (LFS)	-	-	977	1.850
Outros instrumentos	-	-	50	60
Fundo de investimento em direitos creditórios <sup>(4)</sup>	-	-	101.527	90.304
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(5)</sup></b>	<b>29</b>	<b>17.347</b>	<b>811.495</b>	<b>858.860</b>
Circulante	29	17.347	709.968	768.556
Não circulante	-	-	101.527	90.304

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 50,0% a 100,5% e média ponderada de 94,07% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 99,35% a 152,67% e média ponderada 110,24% do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas a 102,47% do CDI Fundo FI Energisa e 104,94% do CDI Fundo Zona da Mata.

(4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(5) Inclui no consolidado, R\$150.407 (R\$144.100 em 2016) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

## 7. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa <sup>(7)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2017	2016
Valores correntes: <sup>(1)</sup>									
Residencial	186.948	6	199.480	25.212	6.127	3.323	(34.662)	386.434	347.104
Industrial	89.366	-	21.350	2.982	2.757	20.978	(20.978)	116.455	100.929
Comercial	136.879	-	55.506	8.568	6.983	16.652	(23.635)	200.953	177.204
Rural	61.925	-	30.969	6.089	731	1.345	(1.345)	99.714	78.290
Poder público	48.342	-	16.550	1.792	1.767	8.590	(8.590)	68.451	65.907
Iluminação pública	11.444	-	2.647	242	265	3.756	(3.756)	14.598	16.935
Serviço público	24.464	-	5.873	2.800	4.338	90.998	(90.998)	37.475	42.812
Serviço taxado	468	-	389	162	28	21	(21)	1.047	-
Fornecimento não faturado	359.998	-	-	-	-	-	-	359.998	345.489
Arrecadação Processo Classificação	55.339	-	-	-	-	-	-	55.339	33.526
Valores renegociados:									
Residencial	11.435	20.668	6.549	3.136	2.856	21.698	(36.059)	30.283	35.276
Industrial	3.046	5.985	1.796	1.130	901	7.544	(13.223)	7.179	10.222
Comercial	7.838	26.226	2.731	1.430	2.568	7.517	(16.241)	32.069	29.139
Rural	3.149	7.208	1.281	449	282	1.634	(5.215)	8.788	5.453
Poder público <sup>(2)</sup>	8.809	130.432	3.361	589	486	20.984	(28.169)	136.492	106.723
Iluminação pública	975	13.291	79	-	-	267	(267)	14.345	5.872
Serviço público	1.339	3.867	87	35	69	439	(948)	4.888	7.377
Serviço taxado	27	58	17	10	1	-	-	113	-
(-) Ajuste valor Presente <sup>(3)</sup>	(1.235)	(25.195)	-	-	-	-	-	(26.430)	(58.641)
Subtotal -clientes	1.010.556	182.546	348.665	54.626	30.159	205.746	(284.107)	1.548.191	1.349.617
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(4)</sup>	45.123	-	-	-	-	21.027	-	66.150	66.360
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.786	-	-	-	-	-	-	3.786	3.933
Redução do uso do sistema de distribuição <sup>(5)</sup>	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros <sup>(6)</sup>	32.735	838	32.562	21.240	20.821	73.574	(18.617)	163.153	66.224
Total	1.104.401	183.384	381.227	75.866	50.980	300.347	(302.724)	1.793.481	1.498.335
Circulante								1.494.460	1.338.324
Não Circulante								299.021	160.011

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$13.228, contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,99% a.a.

- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,99% a.a. (13,63% a.a. em 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo segue a demonstração do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajutes valor presente
2018	2.851
2019	2.320
2020	2.470
2021	4.989
2022 em diante	13.800
<b>Total</b>	<b>26.430</b>

- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento de energia no consolidado, em 31 de dezembro de 2017, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia no âmbito da CCEE no montante de R\$66.150 (R\$66.360 em 2016). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$193.779 (R\$34.993 em 2016) e R\$3.819(R\$14.875 em 2016), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2017	2016
Créditos a vencer	45.123	32.632
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	21.027	21.027
Créditos vencidos	-	12.701
<b>Sub-total créditos CCEE</b>	<b>66.150</b>	<b>66.360</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(193.779)	(34.993)
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.819)	(14.875)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>(131.448)</b>	<b>16.492</b>

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A controlada ESS não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.
- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2016), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (6) ICMS - as controladas EMT e ETO possuem R\$129.506 (R\$36.134 em 2016) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL e práticas adotadas pela Companhia assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Instruções da Aneel

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;

- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

#### Práticas da Companhia

- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias- são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação das provisões:

	2017	2016
<b>Saldos iniciais - 2016 e 2015</b>	<b>288.988</b>	<b>407.852</b>
Provisão (reversões) constituída no exercício (*)	97.696	(1.718)
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(72.826)	(117.146)
<b>Saldos finais - 2017 e 2016</b>	<b>313.858</b>	<b>288.988</b>
<b>Alocação:</b>		
Clientes, consumidores e concessionárias	302.724	280.811
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 8)	2.387	3.900
Outros créditos - outros (uso mútuo de postes)	8.747	4.277

(\*) As reversões de provisões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia elétrica junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap) e dos títulos precatórios, que segue:

- A controlada EMT reverteu no 3º trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída de R\$89.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).
- Em 17 de junho de 2016, a controlada EMT assinou a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT. A controlada possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.
- A controlada EMT renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 31 de dezembro de 2016.

## 8. Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá <sup>(1)</sup>	21.042	25.320
Títulos de créditos a receber <sup>(2)</sup>	45.916	30.916
Ajuste a valor presente <sup>(1 e 2)</sup>	(24.095)	(24.610)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.387)	(3.900)
	<b>40.476</b>	<b>27.726</b>
Circulante	18.651	9.661
Não circulante	21.825	18.065

#### (1) Títulos precatórios:

Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada direta EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que está será recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. Foram recebidas 06 parcelas em 2016 e 13 em, 2017, totalizando em parcelas quitadas o valor de R\$9.500.

A controlada EMT, constituiu provisão para ajuste a valor presente no valor de R\$711 (R\$1.977 em 2016) utilizando-se a taxa média anual do CDI de 6,99% ao ano (13,63% em 2016), registrados em outras despesas financeiras no consolidado.

(2) Títulos de créditos a receber:

A controlada direta ESS adquiriu em 2003 créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada direta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2016) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2016).

A controlada direta ETO no exercício de 2017 registrou o montante de R\$15.208, cujo detalhamento dos títulos abaixo é como segue:

- R\$11.859 refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica. Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados conforme segue:

Prefeitura	2017
ARAGUAINA	1.427
ARAGUATINS	541
PALMEIRÓPOLIS	97
PARAÍSO	3.478
SILVANÓPOLIS	186
TAGUATINGA	6.130
<b>Total</b>	<b>11.859</b>

- R\$3.349 - refere-se a créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO.

A Administração constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$751 registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

Em 2017, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Vencidos	8.093
2018	11.371
2019	8.530
2020	9.301
2021 em diante	5.568
<b>Total</b>	<b>42.863</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.



## 9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	2017	2016
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	6.900	11.941
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	3	2
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	6.160
Empresa Elétrica Bragantina S/A <sup>(*)</sup>	-	832
Empresa Distrib. Energisa Vale do Paranaíba <sup>(*)</sup>	-	3.208
Companhia Nacional de Energia Elétrica <sup>(*)</sup>	-	2.454
Rede Power do Brasil S.A	17.366	6.679
Companhia Força e Luz do Oeste <sup>(*)</sup>	-	654
Multi Serviços Energisa S/A	4.816	4.432
Energisa Sul Sudeste <sup>(*)</sup>	14.911	-
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	-	173
<b>Total - Circulante</b>	<b>43.996</b>	<b>36.535</b>

(\*) Em 30 de junho de 2017 a CAIUÁ, atualmente denominada ESS incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

## 10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	156.770	147.924
Imposto de renda retido fonte - IRRF	-	3.831	667	6.849
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	23.324	15.700	210.496	171.811
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	938	569	61.310	30.477
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	73.460	69.459
Outros	180	82	24.676	21.327
<b>Total</b>	<b>24.442</b>	<b>20.182</b>	<b>527.379</b>	<b>447.847</b>
Circulante	18.100	10.121	372.955	276.920
Não circulante	6.342	10.061	154.424	170.927

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

## 11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

### 11.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	2,13%	12/07/2017
CFLO (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-0,60%	12/07/2017
CNEE (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	5,52%	12/07/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-1,46%	12/07/2017
EEB (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-10,32%	12/07/2017
EMS	Resolução 2.215, de 04/04/2017	-1,92%	08/04/2017
EMT	Resolução 2.216, de 04/04/2017	-2,10%	08/04/2017
ETO	Resolução 2.262, de 27/06/2017	6,02%	04/07/2017

(\*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e a Resolução homologatória 2.271 de 11 de julho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passaram a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

### 11.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na ETO, e (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	-0,04%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

(\*) Em 30 de junho de 2017 a CAIUÁ, atualmente denominada ESS incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

### 11.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2017 e 2016 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2017	2016
Janeiro	Verde	Vermelha Patamar 2
Fevereiro	Verde	Vermelha Patamar 1
Março	Amarela	Amarela
Abril	Vermelha Patamar 1	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 1	Verde
Setembro	Amarela	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dezembro	Vermelha Patamar 1	Verde

#### 11.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias. Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da

Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Ao longo de 2016 e 2017, o grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2017 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), enquanto que em 2016 o nível de contratação foi de 110,3%, sendo que apenas a parcela considerada como não involuntária e acima de 105% é considerada como exposição das distribuidoras.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassáveis para as tarifas dos consumidores no consolidado, foram de R\$62.195 reconhecidos como perdas na demonstração do resultado consolidado daquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as controladas revisaram os níveis de contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos. Por esta razão foi aplicada redução de R\$50.256 na provisão não repassável para as tarifas, reconhecida na demonstração do resultado do exercício no consolidado, restando portanto, o montante final de R\$11.939, provisionado com objetivo de expurgar os efeitos de sobrecontratação involuntária, que não será repassado aos consumidores.

Adicionalmente as controladas mensuraram os efeitos da sobrecontratação para o exercício de 2017, tendo reconhecido um ativo financeiro setorial no montante de R\$8.375, decorrente da liquidação da sobra de energia elétrica praticada com um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) superior ao contratado, na demonstração do resultado do exercício no consolidado, que serão reconhecidos nas tarifas a partir do próximo reajuste tarifário, resultado um saldo de provisão de perda no consolidado de R\$3.564 reconhecidos nas tarifas a partir do próximo reajuste tarifário.

## 12. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais - consolidado

---

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	167.807	383.545	(138.865)	3.043	28.428	443.958	15.938	428.020	284.487	159.471
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	6.163	(116)	(4.936)	(66)	(751)	294	-	294	214	80
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	28.009	19.961	(23.975)	779	(4.661)	20.113	8.539	11.574	14.025	6.088
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	3.644	1.733	(3.205)	112	(160)	2.124	908	1.216	1.480	644
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	8.842	-	(8.204)	-	(638)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	67.730	-	(65.122)	-	(2.608)	-	-	-	-	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	53.767	27.387	(39.135)	2.011	(23.438)	20.592	16.955	3.637	18.666	1.926
Sobrecontratação de energia (ii)	65.645	142.900	(70.310)	2.226	(23.162)	117.299	32.496	84.803	88.834	28.465
CUSD	354	1.671	(365)	37	(270)	1.427	56	1.371	941	486
Exposição de submercados	-	27.250	-	1.244	(442)	28.052	-	28.052	18.099	9.953
Garantias (v)	2.778	1.718	(2.428)	153	(7)	2.214	1.176	1.038	1.707	507
Saldo a Compensar (vi)	789	42.387	(13.394)	916	(5.171)	25.527	8.296	17.231	20.619	4.908
Outros itens financeiros (vii)	36.200	26.717	(9.219)	875	(25)	54.548	409	54.139	26.006	28.542
<b>Total Ativo</b>	<b>441.728</b>	<b>675.153</b>	<b>(379.158)</b>	<b>11.330</b>	<b>(32.905)</b>	<b>716.148</b>	<b>84.773</b>	<b>631.375</b>	<b>475.078</b>	<b>241.070</b>

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	90.961	(28.899)	(55.931)	(1.932)	28.428	32.627	32.627	-	32.627	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	3.977	(1.807)	102	(751)	1.521	1.441	80	1.498	23
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	19.678	39	885	(4.629)	15.973	-	15.973	11.670	4.303
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	1.424	9	208	(160)	1.481	-	1.481	1.082	399
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	187.355	329.216	(142.732)	12.762	(638)	385.963	59.580	326.383	276.519	109.444
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	105.743	110.629	(88.580)	5.296	(2.637)	130.451	51.511	78.940	106.098	24.353
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	6.372	66.835	(5.088)	1.691	(23.438)	46.372	-	46.372	33.378	12.994
Sobrecontratação de energia (ii)	53.888	57.357	(36.717)	3.972	(7.622)	70.878	1.923	68.955	35.709	35.169
Devoluções Tarifárias (viii)	17.151	22.876	(11.736)	1.480	-	29.771	-	29.771	-	29.771
CUSD	293	65	(55)	37	(269)	71	61	10	68	3
Exposição de submercados	61.644	13.767	(42.234)	(913)	(15.985)	16.279	16.279	-	16.279	-
Saldo a Compensar (vi)	18.956	9.747	(19.896)	84	(7.646)	1.245	1.245	-	1.245	-
Outros itens financeiros (vii)	60.728	9.374	(66.665)	647	2.442	6.526	6.526	-	6.526	-
<b>Total Passivo</b>	<b>603.091</b>	<b>616.046</b>	<b>(471.393)</b>	<b>24.319</b>	<b>(32.905)</b>	<b>739.158</b>	<b>171.193</b>	<b>567.965</b>	<b>522.699</b>	<b>216.459</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>(161.363)</b>	<b>59.107</b>	<b>92.235</b>	<b>(12.989)</b>	<b>-</b>	<b>(23.010)</b>	<b>(86.420)</b>	<b>63.410</b>	<b>(47.621)</b>	<b>24.611</b>

**(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN

**(iv) Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

**(viii) Devoluções Tarifárias**

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), atualizadas mensalmente com aplicação da variação do IPCA/SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo Revisão Tarifária (5CRTP).

## 13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Subvenção Baixa renda <sup>(1)</sup>	-	-	29.412	21.613
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	113.094	95.712
Ordens de desativação em curso	-	-	10.284	4.322
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	1.370	7.705
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.368	651
Adiantamentos a fornecedores e empregados	-	121	22.782	15.628
Subvenção CDE - Desconto Tarifário <sup>(2)</sup>	-	-	135.682	84.755
Banco Daycoval <sup>(3)</sup>	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval <sup>(3)</sup>	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA <sup>(4)</sup>	2.893	3.064	47.728	43.518
Sub-rogação do CCC <sup>(5)</sup>	-	-	30.439	24.617
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos <sup>(6)</sup>	-	-	30.671	15.204
Padrão de Energia	-	-	3.357	3.105
Plano de Universalização	-	-	836	2.089
Despesas pagas antecipadamente	-	-	36.641	27.039
Créditos a receber de terceiros	1.663	1.663	4.782	18.595
Créditos Eletrobrás - LPT <sup>(7)</sup>	-	-	26.546	26.546
Créditos a receber do Estado de Tocantins <sup>(8)</sup>	-	-	35.696	109.682
Aquisição de combustível para conta CCC <sup>(9)</sup>	-	-	54.652	42.537
Outros	2.660	1.221	49.685	20.960
<b>Total</b>	<b>7.216</b>	<b>6.069</b>	<b>635.025</b>	<b>564.278</b>
Circulante	6.068	5.910	524.589	387.683
Não circulante	1.148	159	110.436	176.595

(1) Subvenção Baixa renda - consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro/2017. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ETO	EMS	ESS (*)	Total
<b>Saldos consolidados em 2016</b>	<b>6.939</b>	<b>5.375</b>	<b>5.344</b>	<b>1.721</b>	<b>19.379</b>
Saldo empresas incorporadas	-	-	-	2.232	2.232
Subvenção baixa renda	41.780	32.313	31.524	10.231	115.848
Ressarcimento Eletrobrás	(36.195)	(30.857)	(30.895)	(10.100)	(108.047)
<b>Saldos consolidados em 2017</b>	<b>12.524</b>	<b>6.831</b>	<b>5.973</b>	<b>4.084</b>	<b>29.412</b>

(\*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

## (2) Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Os saldos correspondentes às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2017, serão compensados /ressarcidos no primeiro trimestre de 2018.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
<b>Saldos consolidados em 2016</b>	<b>48.629</b>	<b>8.835</b>	<b>14.830</b>	<b>2.248</b>	<b>74.542</b>
Saldo empresas incorporadas	-	-	-	20.188	20.188
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	239.301	55.095	136.988	54.795	486.179
Ressarcimento Eletrobrás	(213.220)	(52.133)	(123.982)	(55.892)	(445.227)
<b>Saldos consolidados em 2017</b>	<b>74.710</b>	<b>11.797</b>	<b>27.836</b>	<b>21.339</b>	<b>135.682</b>

As controladas EMS e (CNEE, EDEVP, EEB, CFLO, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS), desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a -CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante o exercício findo em dezembro de 2017 foram compensados R\$190.308 referente à Subvenção CDE e R\$47.154 referente Subvenção Baixa Renda.

## (3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Companhia em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, ESS e EMS foi adotado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia Participações S.A. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, ESS e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

## (4) Créditos a receber CELPA

Crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS, ESS (incorporadora da CNEE, CFLO, EDEVP), e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas indireta mantém ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$28.629 (R\$22.626 em 2016).



#### (5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016 e R\$2.201 em 2017, totalizando R\$9.838. O saldo remanescente é de R\$22.416.
- Sistema de Transmissão Rondolandia, energizado em 11 de dezembro de 2016, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.613, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.894 de 21 de junho de 2016. Em 2017 foi recebido R\$1.403 e o saldo remanescente é de R\$3.210.
- Sistema de Transmissão Paranorte, energizado em 22 de agosto de 2017, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.915, por meio da Resolução Autorizativa nº 6.174 de 31 de janeiro de 2017. Do contrato realizado em setembro de 2017 foi recebido R\$102 no exercício. O saldo remanescente de R\$4.813 a administração estima receber nos próximos 140 meses.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento aprovados pelo órgão regulador. A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2017	2016
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	52.006	32.254	9.838	22.416	24.617
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	1.403	3.210	-
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	102	4.813	-
<b>Total</b>		<b>68.906</b>	<b>41.782</b>	<b>11.343</b>	<b>30.439</b>	<b>24.617</b>
<b>Circulante</b>					<b>5.321</b>	<b>2.204</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>25.118</b>	<b>22.413</b>

#### (6) Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

#### (7) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A

A controlada Energisa Tocantins reconheceu créditos a receber no montante R\$26.546, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

#### (8) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2017	2016
<b>Saldo - inicial - não circulante - 2016 e 2015</b>	<b>109.682</b>	<b>98.781</b>
Amortização realizada no exercício	(35.107)	(2.326)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	1.121	13.227
Saldo anterior a provisão	75.696	109.682
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	(40.000)	-
<b>Saldo- final - não circulante 2017 e 2016</b>	<b>35.696</b>	<b>109.682</b>

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa



RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Controlada ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da ETO, das obras e serviços necessários para a implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- i. Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- ii. Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- iii. Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A ETO encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$50.602 (R\$84.848 em 2016), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações da emissão da ETO.

A partir de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o contrato em face de estar em processo de negociação com o Estado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$7.498 para o Estado de Tocantins que foram utilizados para abater do saldo devedor.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2017 e 09 de agosto de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos das reservas de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$15.831 e dos resultados apurados até 30 de junho de 2017 de R\$6.604 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$5.174 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a ETO reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a ETO, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da ETO, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$25.094 (R\$24.834 em 2016). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada ETO no montante de R\$103.306, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê sendo que em 6 de novembro de 2017 fez publicar o Decreto nº 5.734 reinstituindo o comitê com o objetivo de examinar os contratos ativos, apresentando relatórios conclusivos no prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, confirmado através do Ofício nº 115/2018/SEFAZ/GASEC, de 29 de janeiro de 2018. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração tem expectativa de realização dos créditos da Companhia

com o acionista Estado do Tocantins ao longo do exercício de 2018, como também, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins, por consequência, efetuou cálculo do valor presente do contas a receber e provisionou R\$40.000 para melhor refletir a expectativa dos créditos, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do período.

#### (9) Aquisição de combustível da conta CCC

A controlada Energisa Mato Grosso possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$54.652 (R\$42.537 em 2016). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

## 14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%), Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (9,82%) e Energisa S/A (29,56%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (99,97%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio (GUM), Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas a seguir:

#### Controladora:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Mútuos</b>				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	-	104.282	-	96.917
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ ("CTCE-RJ")	6.865	-	6.865	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("Denerge")	116.659	-	59.880	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ ("Denerge-RJ")	-	-	47.945	-
. QMRA Participações S/A ("QMRA")	-	-	13	-
. QMRA Participações S/A - RJ ("QMRA-RJ")	726	-	726	-
. Energisa S/A ("Energisa")	-	-	140.266	-
. Energisa S/A - RJ ("Energisa-RJ")	-	200.171	-	502.899
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	55.191	-	-	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ("EEVP")	204	-	1.295	-
. Multi Energisa Serviços S/A ("Multi Energisa")	2.964	-	8.395	-
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A ("Vale do Vacaria")	-	-	-	529
. Rede Power do Brasil S/A ("Rede Power")	-	83.111	-	32.491
<b>Total</b>	<b>182.609</b>	<b>387.564</b>	<b>265.385</b>	<b>632.836</b>

## Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A	100% do CDI	18/07/2019
Energisa S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
Energisa S/A (créditos opção "C" - RJ) <sup>(2)</sup>	0,5% a.a	11/04/2036
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	31/10/2019
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	31/10/2019
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) <sup>(2)</sup>	0,5% a.a	11/04/2036
QMRA Participações S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	07/07/2019
QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) <sup>(2)</sup>	0,5% a.a	11/04/2036
Rede Power do Brasil S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	01/01/2020
Denerge Desenvolvimento Energético S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	01/08/2018
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	100% do CDI + 2% a.a	26/07/2021
Denerge Desenvolvimento Energético S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	31/10/2019
Denerge Desenvolvimento Energético S/A (créditos opção "C" - RJ) <sup>(2)</sup>	0,5% a.a	11/04/2036
Multi Energisa Serviços S/A <sup>(1)</sup>	100% do CDI	31/03/2019
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A <sup>(3)</sup>	100% do CDI + 2% a.a	25/07/2021

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 0,8761% (CDI + 1,1236% a.a. em 2016), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa S/A em 30 de setembro de 2016 com a Companhia e a controlada Rede Power, como segue:

Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 30 de setembro de 2016 firmado pela Energisa S/A com a Companhia e a controlada Rede Power nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, foi devido a transação da Companhia e da controlada Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Companhia; e (ii) ações ordinárias da Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Companhia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa S/A que por sua vez passou a ser devedora junto a Companhia e está por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Companhia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.

Em 30 de setembro de 2016 a Energisa S.A. adquiriu créditos da Companhia Lajeado Energia, referentes a recuperação judicial da Rede Energia S.A. -valor justo no montante de R\$2.418, esses créditos foram registrados como mútuo entre as Companhias. Os créditos serão atualizados de acordo com as regras já definidas na recuperação judicial.

- (2) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (3) Por meio do Despacho nº 1.637, de 09 de junho de 2017 a ANEEL anuiu a Companhia de contratar mútuo com sua controlada Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A. O Instrumento Particular de Mútuo foi firmado em 26 de julho de 2017 no montante de R\$52.030 e será pago ao final do 4º ano acrescido de juros equivalentes à CDI + 2,0% ao ano, referente a distribuição de dividendos da controlada com reserva de exercício anteriores.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Controladas	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(9.570)
QMRA Participações S/A	1
Rede Power do Brasil S/A	(4.687)
Multi Energisa Serviços S/A	829
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	10.638
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	2.675
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	214
Energisa S/A	(58.117)
<b>Total em 2017</b>	<b>(58.017)</b>
<b>Total em 2016</b>	<b>(44.840)</b>

#### Consolidado:

#### Saldos dos ativos:

		Ativos				
		Rede Energia	QMRA	Multi Energisa	2017	2016
Denerge	Mútuo	116.659	-	13.110	129.769	119.744
Energisa	Mútuo	-	78.459	-	78.459	212.968
EEVP	Mútuo	204	-	-	204	7.029
		<b>116.863</b>	<b>78.459</b>	<b>13.110</b>	<b>208.432</b>	<b>339.741</b>

#### Saldos dos passivos:

		Passivos								
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Energisa Tocantins <sup>(1 e 2)</sup>	Energisa Mato Grosso <sup>(1 e 2)</sup>	Energisa Sul-Sudeste <sup>(1 e 2)</sup>	Energisa Mato Grosso do Sul <sup>(1 e 2)</sup>	2017	2016
Energisa	Mútuo	-	2.523	-	-	-	-	-	2.523	6.647
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	200.171	98.150	24.674	-	-	-	-	322.995	610.713
Energisa	Debêntures/Aval	-	-	-	211.209	309.159	204.390	149.965	874.723	-
Denerge	Mútuo	-	5.189	-	-	-	-	-	5.189	4.762
		200.171	105.862	24.674	211.209	309.159	204.390	149.965	1.205.430	622.122

- (1) Em 19 de Julho de 2017 as controladas ETO, EMT e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$324.728.

Em 31 de outubro de 2017 as controladas ETO, EMT, ESS e EMS emitiram Debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Serie. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R\$548.573.

- (2) Custo de comissão de aval, iniciado em janeiro de 2017 de garantias da controladora Energisa sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.
- (3) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, conforme descrito no item 3 acima.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas.

## Resultado do exercício:

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira								2017	2016
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Multi Energia	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	Mútuo	(58.117)	(8.583)	2.431	(72)	-	-	-	-	(64.341)	(39.175)
Energisa	Debêntures / Aval	-	-	-	-	(18.912)	(45.308)	(5.382)	(3.739)	(73.341)	-
Acceptor	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55)
BBPM	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(741)
JQMJ	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)
EEVP	Mútuo	214	-	-	540	-	-	-	-	754	735
Denerge	Mútuo	10.638	(464)	12	1.186	-	-	-	-	11.372	7.111
		(47.265)	(9.047)	2.443	1.654	(18.912)	(45.308)	(5.382)	(3.739)	(125.556)	(32.234)

Empresas	Serviços Contratados					2017	2016
	Energisa Soluções Construções S/A <sup>(2)</sup>	Energisa Soluções S/A <sup>(2)</sup>	Multi Energia <sup>(2)</sup>	Energisa S/A <sup>(3)</sup>			
Multi Energia	-	-	-	1.383		1.383	-
ESS (1)	12.223	5.198	2.992	22.465		42.878	9.637
EEB (1)	4.493	605	1.041	1.092		7.231	9.298
CFLO (1)	-	41	317	472		830	480
CNEE (1)	248	232	734	802		2.016	2.104
EBO	-	-	436	-		436	-
EPB	-	-	2.752	-		2.752	-
ENF	-	-	256	-		256	-
ESE	-	-	1.089	-		1.089	-
EMG	-	-	1.095	-		1.095	-
EDEV (1)	383	708	1.204	1.127		3.422	2.371
EMS	10.923	4.127	11.145	15.820		31.092	19.646
EMT	36.296	9.612	11.618	29.216		86.742	57.134
ETO	9.519	3.999	5.248	12.749		31.515	14.492
		63.162	24.522	39.927	85.126	212.737	115.162

- (1) Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela ESS da EBB, EDEV, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1).
- (2) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.
- (3) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que devesse conter anuência da ANEEL.

## Remuneração dos administradores

Descrição	Consolidado	
	2017	2016
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.488	1.082
Remuneração da Diretoria	8.354	16.991
Outros Benefícios (*)	5.114	3.268

(\*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor a remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de dezembro foram de R\$90 e R\$2 no consolidado (R\$87 e R\$2 em 2016), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$34 no consolidado (R\$31 no consolidado em 2016).

## 15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora	Consolidado	
	2016	2017	2016
<b>Ativo</b>			
Prejuízos fiscais	20.812	231.409	279.671
Base negativa da contribuição social	11.320	97.743	112.486
Diferenças temporárias:			
Imposto de Renda	-	374.181	365.160
Contribuição Social	-	134.705	131.457
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>32.132</b>	<b>838.038</b>	<b>888.774</b>

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	313.459	316.649	1.155.272	1.172.207
Contribuição Social	112.845	113.994	415.898	421.995
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>426.304</b>	<b>430.643</b>	<b>1.571.170</b>	<b>1.594.202</b>
<b>Total passivo não circulante Líquido</b>	<b>426.304</b>	<b>398.511</b>	<b>733.132</b>	<b>705.428</b>

A natureza dos créditos diferidos é como segue:

	Controladora			
	2017		2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos Fiscais	-	-	83.251	20.812
Base negativa da contribuição social	-	-	125.774	11.320
Ajustes a valor presente	(1.180.593)	(401.401)	(1.193.352)	(405.740)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
<b>Total</b>	<b>(1.253.837)</b>	<b>(426.304)</b>	<b>(1.057.571)</b>	<b>(398.511)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.025</b>	<b>32.132</b>
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>(1.253.837)</b>	<b>(426.304)</b>	<b>(1.266.596)</b>	<b>(430.643)</b>

	Consolidado			
	2017		2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	925.636	231.409	1.118.681	279.671
Base negativa da contribuição social	1.083.033	97.473	1.249.846	112.486
Créditos fiscais - ágio	107.657	36.603	118.422	40.263
Provisão ajuste atuarial	69.372	23.586	21.699	7.378
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscal.	383.595	130.422	401.627	136.553
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (PCLD e Daycoval)	538.284	183.017	465.779	158.365
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	345.277	117.394	217.638	73.997
Ativo financeiro setorial	-	-	161.363	54.863
Outras adições temporárias	53.331	18.134	74.111	25.198
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(362.295)	(123.180)	(216.945)	(73.761)
Ajustes a valor presente (2)	(2.295.161)	(780.355)	(2.285.934)	(777.218)
Intangível - Mais Valia <sup>(1)</sup>	(1.563.872)	(531.716)	(1.777.124)	(604.222)
Deságio sobre investimento	(189.030)	(64.270)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(170.303)	(57.903)	(209.479)	(71.223)
Marcação a mercado - derivativos	(40.419)	(13.743)	(6.187)	(2.104)
Outras exclusões temporárias	(8)	(3)	(4.753)	(1.616)
<b>Total</b>	<b>(1.114.903)</b>	<b>(733.132)</b>	<b>(859.663)</b>	<b>(705.428)</b>
<b>Total -Ativo Não Circulante</b>	<b>3.506.185</b>	<b>838.038</b>	<b>3.829.166</b>	<b>888.774</b>
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>(4.621.088)</b>	<b>(1.571.170)</b>	<b>(4.688.829)</b>	<b>(1.594.202)</b>

(1) Refere-se ao Imposto de renda e Contribuição social incidentes sobre a parcela do contas a receber da concessão - VNR da controlada ESS que por ter assinado o novo aditivo dos contratos de concessão que prorrogou o prazo da concessão até 2045, transferiu o saldo do ativo financeiro apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(2) Refere-se basicamente ao de ajuste a valor presente, registrado pela companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

Seguem as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2018	43.408
2019	39.857
2020	38.726
2021	89.467
2022	56.587
2023	61.308
2024 a 2028	508.685
<b>Total</b>	<b>838.038</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto	138.873	122.057	292.442	169.554
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(47.217)	(41.499)	(99.430)	(57.648)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc)	-	-	(7.786)	(1.699)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (1)	-	-	32.221	55.321
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM - Efeito PERT. (1 e 3)	-	-	(27.925)	-
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(18.616)	(10.179)	(18.616)	(11.039)
Equivalência patrimonial	71.981	57.205	-	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos (revertido) no Exercício (2)	(31.880)	32.132	(30.411)	37.620
Imposto de renda e contribuição social (3)	-	-	(23.869)	-
Outras adições	(1.912)	-	371	12.794
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(27.644)</b>	<b>37.659</b>	<b>(175.445)</b>	<b>35.349</b>
Alíquota efetiva	(19,91%)	(30,85%)	(59,99%)	(20,85%)

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$4.296 (R\$55.321 em 2016), sendo: R\$15.923 (R\$10.538 em 2016) na ETO e (-)R\$11.627 (R\$44.783 em 2016) na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

(2) A Rede Energia reverteu no exercício, parte dos créditos tributários constituídos em 2016, no montante de R\$31.880, relativos à parcela não utilizada pelas controladas em decorrência dos recálculos dos valores aderidos ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Os créditos efetivamente utilizados no Programa, foram da ordem de R\$252, especificamente relacionado a controlada ETO.

(3) As controladas, EMT, EMS, ETO e ESS efetuaram recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2014, 2015, 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA), cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício

## 16. Contas a receber da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas CNEE, EDEVP, EEB, CFLO, (incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS), EMT, ETO, e EMS passaram a reconhecer o VNR - dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015, a ANEEL, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, as controladas EMT, EMS e ETO passaram a reconhecer a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada (última revisão tarifária homologada pela ANEEL).

A remuneração do contas a receber da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$158.748 (R\$90.221 em 2016).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como ativo financeiro disponível para venda no ativo não circulante, no consolidado. As controladas registram as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado operacional do exercício.



Seguem as modificações ocorridas no exercício:

	Saldo 2016	Adições (1)	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (2)	Incorporação	Saldo 2017
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	585.802	73.781	2.170	42.860	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS)	12.572	4.580	-	739	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	8.331	-	-	63	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	5.854	3	-	37	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste	1.527	3	-	19	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	5.203	-	-	53	(5.256)	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.650.946</b>	<b>710.102</b>	<b>(51.316)</b>	<b>158.748</b>	<b>-</b>	<b>3.468.480</b>

	Saldo 2015	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Saldo 2016
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.074.263	209.729	(4.028)	47.676	1.327.640
Energisa Tocantins (ETO)	635.021	61.476	(21.933)	29.453	704.017
Energisa Mato Grosso do Sul(EMS)	438.954	134.511	(191)	12.528	585.802
Energisa Sul Sudeste (ESS)	12.225	37	(4)	314	12.572
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	7.693	60	-	578	8.331
Companhia Nacional de Energia Elétrica	6.309	99	-	(554)	5.854
Companhia Força e Luz do Oeste	1.452	3	-	71	1.527
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	4.991	57	-	155	5.203
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.180.908</b>	<b>405.972</b>	<b>(26.156)</b>	<b>90.221</b>	<b>2.650.946</b>

(1) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

(2) Em 30 de junho de 2017 a Caiuá Distribuição de Energia S.A, atualmente denominada Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

## 17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controladas	3.890.586	3.931.304	-	-
Outros	103	103	32.316	8.084
<b>Total</b>	<b>3.890.689</b>	<b>3.931.407</b>	<b>32.316</b>	<b>8.084</b>

## Participação em controladas:

2017									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>163.956</b>	<b>3.340.785</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	7.161	6.864	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	12.970	12.801	-
Companhia Força e Luz do Oeste <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	1.764	1.736	-
Energisa Tocantins	76,67	500	516.267	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811	30.524	635.513
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(6.219)	1.290.081
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141	37.216	821.238
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. <sup>(1)</sup>	98,99	96	534.717	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190	68.753	593.953
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	12.281	12.281	-
<b>Comercialização</b>								<b>(5.368)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(2)</sup>	99,99	1	500	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)	(5.368)	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>4.344</b>	<b>11.715</b>
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	40.621	28.894	11.727	4.348	4.344	11.715
<b>Holdings e demais Companhias</b>								<b>48.778</b>	<b>538.086</b>
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	79.923	49.870	30.053	3.902	3.902	30.053
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	263	235.379	577.742	70.946	506.796	45.007	45.003	506.745
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	100	1	1.112	1.288	-	1.288	(127)	(127)	1.288
<b>Total</b>								<b>211.710</b>	<b>3.890.586</b>

(1) Em 30 de junho de 2017 a Caiuá Distribuição de Energia S.A, atualmente denominada Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

(2) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$171.985, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>130.682</b>	<b>3.422.589</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	95,85	23	91.351	345.497	243.824	101.673	3.841	3.419	97.453
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	23	34.000	215.150	134.351	80.799	10.596	10.457	79.740
Companhia Força e Luz do Oeste	98,30	3	11.500	90.578	71.547	19.031	2.517	2.455	18.708
Energisa Tocantins	76,67	500	505.729	2.102.605	1.166.579	936.026	2.728	333	717.662
Energisa Mato Grosso	57,67	122.786	1.469.786	6.203.188	3.934.750	2.268.438	104.545	60.290	1.308.209
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.435.120	2.082.696	1.352.424	59.990	38.400	865.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100	366.241	335.857	558.420	364.771	193.649	995	995	193.649
Empresa de Distrib. de Energia Vale Parapanema S.A.	100	119.905	119.905	320.886	179.419	141.467	14.333	14.333	141.468
<b>Comercialização</b>								<b>1.111</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	99,99	7	500	121.721	288.354	(166.633)	1.112	1.111	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>2.728</b>	<b>8.403</b>
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	41.644	33.232	8.412	2.729	2.728	8.403
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>33.729</b>	<b>500.312</b>
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	74.156	48.005	26.151	5.074	5.074	26.151
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	263	235.379	523.051	50.568	472.483	28.115	28.112	472.436
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	100	1	1.112	1.993	268	1.725	728	728	1.725
Companhia Geral	83,31	14	-	-	-	-	-	(185)	-
<b>Total</b>								<b>168.250</b>	<b>3.931.304</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$166.617, além de R\$4.218 referente ao investimento Vale da Vacaria, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

#### Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2016	Subscrição /aquisição e AFAC	Incorporação	Ganho/Perda aquisições de ações <sup>(3)</sup>	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
<b>Distribuição</b>	<b>3.422.589</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>(2.656)</b>	<b>(232.537)</b>	<b>(10.672)</b>	<b>163.956</b>	<b>3.340.785</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	97.453	-	(101.822)	-	(2.495)	-	6.864	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica	79.740	-	(85.180)	-	(7.361)	-	12.801	-
Companhia Força e Luz do Oeste	18.708	43	(18.524)	3	(1.966)	-	1.736	-
Energisa Tocantins	717.662	-	-	-	(109.220)	(3.453)	30.524	635.513
Energisa Mato Grosso	1.308.209	-	-	(2.675)	(5.289)	(3.945)	(6.219)	1.290.081
Energisa Mato Grosso do Sul	865.700	-	-	-	(81.668)	(10)	37.216	821.238
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. <sup>(1)</sup>	193.649	62	349.650	16	(14.913)	(3.264)	68.753	593.953
Empresa de Distrib. De Energia Vale Parapanema S.A.	141.468	-	(144.124)	-	(9.625)	-	12.281	-
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.368)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(2)</sup>	-	-	-	-	-	-	(5.368)	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>8.403</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.032)</b>	<b>-</b>	<b>4.344</b>	<b>11.715</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	8.403	-	-	-	(1.032)	-	4.344	11.715
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>500.312</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.998)</b>	<b>(6)</b>	<b>48.778</b>	<b>538.086</b>
QMRA Participações S.A.	26.151	-	-	-	-	-	3.902	30.053
Rede Power do Brasil S.A.	472.436	-	-	-	(10.688)	(6)	45.003	506.745
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.725	-	-	-	(310)	-	(127)	1.288
<b>Total</b>	<b>3.931.304</b>	<b>105</b>	<b>-</b>	<b>(2.656)</b>	<b>(244.567)</b>	<b>(10.678)</b>	<b>211.710</b>	<b>3.890.586</b>

(1) Em 30 de junho de 2017 a Caiuá Distribuição de Energia S.A, atualmente denominada Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

(3) Ganho/perda em transações com aquisições de ações - no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Rede Energia Participações S/A, reconheceu ganho de capital, conforme segue: (i) R\$19 aquisição de ações de acionistas não controladores da controlada

Energisa Sul Sudeste ( ESS); e (ii) R\$2.675 correspondente aos dividendos não recebidos da controlada Energisa Mato Grosso (EMT) referente ao exercício de 2016, ora revertido, contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido -transação de capital.

Controladas	Saldo em 2015	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações <sup>(2)</sup>	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2016
<b>Distribuição</b>	<b>2.946.910</b>	<b>451.199</b>	<b>10.004</b>	<b>(109.819)</b>	<b>(6.387)</b>	<b>130.682</b>	<b>3.422.589</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	47.626	50.490	223	(3.987)	(318)	3.419	97.453
Companhia Nacional de Energia Elétrica	87.301	-	-	(17.601)	(417)	10.457	79.740
Companhia Força e Luz do Oeste	20.972	-	122	(4.681)	(160)	2.455	18.708
Energisa Tocantins	566.032	152.595	5.546	(5.807)	(1.037)	333	717.662
Energisa Mato Grosso	1.061.185	202.342	9	(11.932)	(3.685)	60.290	1.308.209
Energisa Mato Grosso do Sul	860.505	7.772	4.104	(44.935)	(146)	38.400	865.700
Caiuá Distribuição de Energia S.A	162.984	30.000	-	-	(330)	995	193.649
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	140.305	8.000	-	(20.876)	(294)	14.333	141.468
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.111</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	1.111	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>11.732</b>	<b>-</b>	<b>47</b>	<b>(6.104)</b>	<b>-</b>	<b>2.728</b>	<b>8.403</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	11.732	-	47	(6.104)	-	2.728	8.403
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>479.305</b>	<b>33</b>	<b>(4.174)</b>	<b>(8.499)</b>	<b>(82)</b>	<b>33.729</b>	<b>500.312</b>
QMRA Participações S.A.	21.077	-	-	-	-	5.074	26.151
Rede Power do Brasil S.A.	456.661	-	(4.174)	(8.081)	(82)	28.112	472.436
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.415	-	-	(418)	-	728	1.725
Companhia Geral	152	33	-	-	-	(185)	-
<b>Total</b>	<b>3.437.947</b>	<b>451.232</b>	<b>5.877</b>	<b>(124.422)</b>	<b>(6.469)</b>	<b>168.250</b>	<b>3.931.304</b>

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(2) Ganho/perda em transações com aquisições de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Rede Energia S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores, resultando em ganho de capital no valor de R\$5.877 contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido

Provisão para perdas em participação societária - investimento:

	Controladora	
	2017	2016
<b>Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária</b>		
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	-	4.218
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - CTCE	171.985	166.617
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>171.985</b>	<b>170.835</b>

## 18. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adições (*)	Transferências	Baixas (**)	Depreciação	Saldo 2017
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.525	-	164	290	-	1.979
Máquinas e equipamentos	16,51%	48.446	12.883	6.796	(7.404)	-	60.721
Veículos	14,29%	38.806	-	-	(38.725)	-	81
Móveis e utensílios	6,25%	10.729	6.678	942	(159)	-	18.190
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>99.506</b>	<b>19.561</b>	<b>7.902</b>	<b>(45.998)</b>	<b>-</b>	<b>80.971</b>
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(262)	(51)	(164)	-	(13)	(490)
Máquinas e equipamentos		(27.252)	(13.605)	-	2.829	(659)	(38.687)
Veículos		(35.680)	(385)	-	36.580	(595)	(80)
Móveis e utensílios		(5.432)	(5.809)	-	43	(547)	(11.745)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(68.626)</b>	<b>(19.850)</b>	<b>(164)</b>	<b>39.452</b>	<b>(1.814)</b>	<b>(51.002)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>30.880</b>	<b>(289)</b>	<b>7.738</b>	<b>(6.546)</b>	<b>(1.814)</b>	<b>29.969</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>343</b>	<b>7.439</b>	<b>(7.738)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>31.223</b>	<b>7.150</b>	<b>-</b>	<b>(6.546)</b>	<b>(1.814)</b>	<b>30.013</b>

(\*) Das adições no montante de R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(\*\*) Das baixas no montante de R\$6.546, R\$1.718 refere-se a baixa da aeronave da controlada EMT, (R\$289) refere-se a transferência de intangível para imobilizado e R\$5.117 referem-se às baixas realizadas no exercício, que inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2015	Adição(*)	Transferências	Depreciação	Saldo 2016
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.555	(30)	-	-	1.525
Máquinas e equipamentos	7,91%	12.408	32.474	3.564	-	48.446
Veículos	14,29%	38.311	-	495	-	38.806
Móveis e utensílios	6,25%	1.251	7.698	1.780	-	10.729
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>53.525</b>	<b>40.142</b>	<b>5.839</b>	<b>-</b>	<b>99.506</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias		(142)	(78)	-	(42)	(262)
Máquinas e equipamentos		(3.659)	(19.256)	-	(4.337)	(27.252)
Veículos		(29.743)	-	-	(5.937)	(35.680)
Móveis e utensílios		(556)	(4.450)	-	(426)	(5.432)
<b>Total Depreciação acumulada</b>		<b>(34.100)</b>	<b>(23.784)</b>	<b>-</b>	<b>(10.742)</b>	<b>(68.626)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>		<b>19.425</b>	<b>16.358</b>	<b>5.839</b>	<b>(10.742)</b>	<b>30.880</b>
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>-</b>	<b>6.182</b>	<b>(5.839)</b>	<b>-</b>	<b>343</b>
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>19.425</b>	<b>22.540</b>	<b>-</b>	<b>(10.742)</b>	<b>31.223</b>

(\*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R\$16.358, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios.

## 19. Intangível

### Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização (***)	Saldo 2017
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo	7,26%	11.107.437	-	1.411.269	(192.926)	-	12.325.780
Amortização Acumulada		(5.279.395)	14.703	(674.576)	137.682	(730.141)	(6.531.727)
Subtotal		5.828.042	14.703	736.693	(55.244)	(730.141)	5.794.053
Em Curso		1.030.179	1.568.867	(970.938)	(935.989)	-	692.119
<b>Total Intangível</b>		<b>6.858.221</b>	<b>1.583.570</b>	<b>(234.245)</b>	<b>(991.233)</b>	<b>(730.141)</b>	<b>6.486.172</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo		2.091.456	213	872.488	-	-	2.964.157
Amortização Acumulada	3,93%	(951.798)	-	(660.965)	-	(107.461)	(1.720.224)
Subtotal		1.139.658	213	211.523	-	(107.461)	1.243.933
Em Curso		203.328	562.482	(445.768)	(225.887)	-	94.155
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.342.986</b>	<b>562.695</b>	<b>(234.245)</b>	<b>(225.887)</b>	<b>(107.461)</b>	<b>1.338.088</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.515.235</b>	<b>1.020.875</b>	<b>-</b>	<b>(765.346)</b>	<b>(622.680)</b>	<b>5.148.084</b>

(\*) Das adições no montante de R\$1.020.875, R\$14.490 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado e R\$1.006.385 investimentos realizados no exercício.

(\*) Das baixas no montante de R\$765.346, R\$710.102, refere-se as transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$55.244 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$710.102 (R\$405.972 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(\*\*) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

(\*\*\*) As controladas. EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$34.796 (R\$33.271 em 2016).

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2016
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo	4,22%	10.676.653	-	568.567	(137.783)	-	11.107.437
Amortização Acumulada		(4.653.126)	-	(71.435)	105.248	(660.082)	(5.279.395)
Subtotal		6.023.527	-	497.132	(32.535)	(660.082)	5.828.042
Em Curso		869.446	1.282.411	(497.132)	(624.546)	-	1.030.179
<b>Total Intangível</b>		<b>6.892.973</b>	<b>1.282.411</b>	<b>-</b>	<b>(657.081)</b>	<b>(660.082)</b>	<b>6.858.221</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo		2.002.444	11.139	77.873	-	-	2.091.456
Amortização Acumulada	4,01%	(762.773)	-	(62.425)	-	(126.600)	(951.798)
Subtotal		1.239.671	11.139	15.448	-	(126.600)	1.139.658
Em Curso		226.409	210.941	(15.448)	(218.574)	-	203.328
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>		<b>1.466.080</b>	<b>222.080</b>	<b>-</b>	<b>(218.574)</b>	<b>(126.600)</b>	<b>1.342.986</b>
<b>Total Intangível</b>		<b>5.426.893</b>	<b>1.060.331</b>	<b>-</b>	<b>(438.507)</b>	<b>(533.482)</b>	<b>5.515.235</b>

(\*) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de R\$438.507, R\$405.972 refere-se a transferência do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão, R\$16.358 transferido para o imobilizado e R\$16.177 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$405.972 (R\$ 451.139 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2017	2016
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	3.030.577	1.976.050
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	873.969	1.134.585
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	236.322	257.008
Reserva para reversão	8.249	-
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.585	186.969
(-) Amortização acumulada	(1.720.224)	(951.798)
<b>Total</b>	<b>2.670.478</b>	<b>2.602.814</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.332.390	1.259.827
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.243.933	1.139.658
Infraestrutura - Intangível em curso	94.155	62.028
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente <sup>(3)</sup>	-	141.301
<b>Total</b>	<b>2.670.478</b>	<b>2.602.814</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, conforme abaixo demonstrado:

Distribuidoras	Ano da revisão
ESS	10/05/2012
CFLO (*)	29/06/2012
CNEE (*)	10/05/2012
EDEVF (*)	10/05/2012
EEB (*)	10/05/2012
ETO	04/07/2012
EMS	08/04/2013
EMT	08/04/2013

(\*) incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais.

As controladas ESS (atual denominação da CAIUÁ, que em 30 de junho de 2017 incorporou EDEVP, EEB, CNEE e CFLO) e ETO, já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária e a EMS e EMT estão em processo de revisão.

Até 31 de dezembro de 2017, o montante contabilizado naquela rubrica foi de R\$236.816 (R\$141.301 em 2016), e foi transferido para obrigações especiais em serviço passando a ser amortizado.

## 20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CCEE <sup>(1)</sup>	-	-	193.779	40.288
Contratos Bilaterais <sup>(2 e 4)</sup>	-	-	679.471	819.910
Uso de rede básica <sup>(2)</sup>	-	-	35.585	12.348
Encargos de Serviço no sistema	-	-	3.819	14.719
Uso do sistema de distribuição (CUSD) <sup>(2)</sup>	-	-	4.417	6.828
Materiais, serviços e outros <sup>(3)</sup>	125	161	172.130	128.843
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>161</b>	<b>1.089.201</b>	<b>1.022.936</b>
Circulante	125	161	999.720	822.126
Não Circulante	-	-	89.481	200.810

- (1) Incremento do custo de energia no Mercado de Curto Prazo-MCP, principalmente no segundo semestre de 2017, influenciado pelos baixos níveis dos reservatórios no Sistema Interligado Nacional (SIN), devido à diminuição do volume de chuvas. Em consequência, o PLD atingiu valores expressivos, com média de R\$ 308,14/MWh entre submercados em 2017, contra média de 115,71/MWh em 2016, o que corresponde a um aumento de 166% no exercício. Além disso, em 2017 as distribuidoras passaram a arcar com o Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação, elevando os montantes a serem pagos à CCEE.
- (2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
- (3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.
- (4) Inclui R\$195.078 (R\$326.228 em 2016), dos quais R\$78.031 (R\$195.078 em 2016) encontra-se contabilizado no passivo não circulante relativos a débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal. A partir de 30 de setembro de 2016, a controlada iniciou o pagamento da parcela do principal.

## 21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	127.758	106.719	2.872.287	2.582.206
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	-	-	612.260	559.627
Encargos de dívidas - moeda nacional	468	465	16.044	17.061
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	-	2.298	6.925
(-) Custos à amortizar - moeda nacional	-	-	(5.507)	(6.434)
(-) Custos à amortizar - moeda estrangeira	-	-	(3.413)	-
(-) Marcação à mercado de dívidas	-	-	3.290	8.472
<b>Total</b>	<b>128.226</b>	<b>107.184</b>	<b>3.497.259</b>	<b>3.167.857</b>
Circulante	468	465	772.808	629.421
Não Circulante	127.758	106.719	2.724.451	2.538.436



A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade de Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)		Garantias (*)
	2017	2016						
<b>REDE ENERGIA S.A.</b>								
Credores "RJ" - BIC Banco	4.925	4.577	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		E
Credores "RJ" - BNB	10.859	10.091	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		E
Credores "RJ" - Opção "C"	112.442	92.516	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%		-
Total em Moeda Nacional	128.226	107.184						
Total Rede Energia S.A.	128.226	107.184						
<b>EMT</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.307	354.119	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,60%		E
FIDC Grupo Energisa IV- 2ª Série	483.452	486.289	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,64%		E
CCB - Santander(2)	16.093	26.953	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%		E + A
			6,00 a 8,00% a.a.			6,00%		
Luz para Todos I - Eletrobrás (6)	-	119.033	(Pré)	ago/22	Trimestral	0%	a 8,00%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás (6)	-	136.176	SELIC	nov/19	Mensal	9,85%		-
Repasse BNDES - Bradesco (1)	93.102	63.982	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08%	a 11,38%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	85.858	59.004	a.a.	nov/21	Mensal	11,08%	a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	63.277	56.797	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	58.354	52.379	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Nota Promissória 1ª emissão (2)	252.778	-	105,5% CDI	out/18	Final	10,49%		A
Nota Flutuante de Juros - Santander (2)	200.149	-	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	11,26%		
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.755)	(3.024)						
Total em Moeda Nacional	1.603.615	1.351.708						
Resolução 4131-Bank of America ML (2)	-	4.944	Libor + 1,50% a.a	mai/17	Mensal	4,30%		D
Leasing - Cessna Finance (5)	-	33.622	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	6,75%		C
Resolução 4131-Bank of America ML (2)	93.576	-	Libor + 1,60% a.a	jun/20	Trimestral	4,40%		D
Citibank Loan - 4131 (2)	47.525	-	Libor + 1,70% a.a	mai/22	Trimestral	4,50%		D
Citibank EDC Loan - 4131 (2)	47.518	-	Libor + 1,80% a.a	mai/22	Trimestral	4,60%		D
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.006)							
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	1.886	(1)						
Total em Moeda Estrangeira	189.499	38.565						
Total EMT	1.793.114	1.390.273						
<b>EMS</b>								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.414	292.084	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,60%		E
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	220.602	221.896	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,64%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES - Bradesco (1)	41.942	32.771	a.a.	nov/21	Mensal	11,08%	a 11,38%	A
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES - Itaú (1)	37.013	29.178	a.a.	nov/21	Mensal	11,08%	a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	29.287	26.736	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	25.838	23.586	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
			6,00 a 8,00% a.a.					
Luz para Todos - Eletrobrás (6)	-	29.055	(Pré)	mai/22	Trimestral	6,00%	a 8,00%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.091)	(1.373)	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	645.005	653.933	-	-	-			-
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	-	102.673	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	3,50%		A
Citibank Loan - 4131 (2)	47.898	-	Libor + 1,70% a.a	mai/22	Trimestral	4,50%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (2)	47.877	-	Libor + 1,80% a.a	mai/22	Trimestral	4,60%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(988)	-						
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(57)	6	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	94.730	102.679						

Total EMS	739.735	756.612						
ETO								
Luz para Todos I - Eletrobrás	18.324	23.622	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%		E
Luz para Todos II - Eletrobrás	41.153	63.600	SELIC	out/19	Mensal	9,85%		E
CCB - Santander (2)	41.742	69.911	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES - Bradesco (1)	65.697	54.851		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES - Itaú (1)	28.856	24.093		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	47.462	42.544	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Repasse BNDES - Itaú (1)	20.848	18.688	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Nota Promissória Itaú 1ª Emissão (2)	-	100.408	1,85% a 1,95% CDI	dez/19	Final	11,79%		a
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(2)	151.667	-	105,50% CDI	out/18	Final	10,49%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.661)	(2.037)	-	-	-			-
Total em Moeda Nacional	414.088	395.680						
Resolução 4131 - Itaú (2)	163.159	213.866	3,03% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	4,53%		E
Loan Citi - 4131 (2)	37.207	-	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	4,50%		A
Loan Citi EDC - 4131 (2)	37.187	-	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	4,60%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(939)	-						
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	1.469	4.880	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	238.083	218.746						
Total ETO	652.171	614.426						
ESS (7)								
CCB - Santander (2)	4.275	7.160	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%		E + A
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES I - Itaú (1)	43.812	15.800		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	29.111	9.731	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Nota Promissória - SAFRA (2)	10.903	-	CDI + 1,65%	fev/19	Final	11,59%		A
Total em Moeda Nacional	88.101	32.691						
			3,40% a 4,29% a.a. (Pré)					
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	25.804	84.698		fev/18	Trimestral	4,90% a 5,79%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (2)	-	42.033	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Trimestral	3,35%		A
Loan Citi - 4131 (2)	22.706	-	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	4,50%		A
Loan Citi EDC - 4131 (2)	22.703	-	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	4,60%		A
Banco BBM 55722 Operação 4131	21.398	-	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	4,26%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(480)							
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(8)	1.329	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	92.123	128.060						
Total ESS	180.224	160.751						
CNEE								
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES I - Itaú (1)	-	4.702		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	-	8.558	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Total em Moeda Nacional	-	13.260						
Total CNEE	-	13.260						
CFLO								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	64	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	6,00%		E
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES I - Itaú (1)	-	2.141		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	-	1.754	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Total em Moeda Nacional	-	3.959						
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	-	25.422	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	5,79%		A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	753	-	-	-			-
Total em Moeda Estrangeira	-	26.175						
Total CFLO	-	30.134						
EDEV								
			TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.					
Repasse BNDES I - Itaú (1)	-	8.453		nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	-	5.068	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Total em Moeda Nacional	-	13.521						
Total EDEV	-	13.521						
EEB								

Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	-	1.661	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	6,00%	E
Repasse BNDES I - Itaú (1)	-	6.520	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	-	9.195	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Total em Moeda Nacional	-	17.376					
Resolução 4131 - Itaú (2)	-	13.031	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	4,90%	A
Resolução 4131 - ABC (2)	-	46.263	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	6,46%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	-	1.505	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	60.799					
Total EEB	-	78.175					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	3.789	3.521	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.789	3.521					
Total CTCE	3.789	3.521					
Em Moeda Nacional	2.882.824	2.592.833					
Em Moeda Estrangeira	614.435	575.024					
Total Rede Consolidada	3.497.259	3.167.857					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, já enquadrado para subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Energisa S/A, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social do controlador final Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2017, foram liberados R\$720.968 referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (*)	78.666
<b>Total</b>	<b>720.968</b>

(\*) Vide nota explicativa 1.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

- (2) Os contratos junto ao Bank of América Merrill Lynch, Itaú BBA, Citibank, Safra e Santander possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos. Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (3) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 37).
- (4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

- (5) A controlada EMT transferiu a propriedade do contrato de Leasing - Cessna Finance no montante de R\$32.222 em março de 2017. (conforme nota explicativa nº 36)
- (6) As controladas EMT e EMS liquidaram antecipadamente seus empréstimos junto a Eletrobrás em junho/ 2017.
- (7) Vide nota explicativa nº 1.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$101.527 (R\$90.304 em 2016), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
IPCA	2,95%	6,29%
IGP-M	-0,53%	7,19%
LIBOR	1,30%	0,67%
UMBNB	0,06%	0,07%
TR	0,60%	2,01%
IPC-FIPE	2,26%	6,55%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2019	112.442	358.405
2020	-	423.302
2021	-	354.410
2022	-	226.548
Após 2022	15.316	1.361.786
<b>Total</b>	<b>127.758</b>	<b>2.724.451</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Saldos iniciais em 2016 e 2015</b>	<b>107.184</b>	<b>93.488</b>	<b>3.167.857</b>	<b>2.792.535</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	1.242.304	993.046
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.120	1.113	290.957	138.890
Custos Apropriados	-	-	(4.476)	(3.613)
Marcação Mercado Dívida	-	-	(5.183)	10.878
Reversão ajuste a valor presente	21.039	13.699	21.307	13.948
Pagamento de principal	-	-	(970.898)	(534.909)
Pagamento de juros	(1.117)	(1.116)	(244.609)	(242.918)
<b>Saldos finais em 2017 e 2016</b>	<b>128.226</b>	<b>107.184</b>	<b>3.497.259</b>	<b>3.167.857</b>
Circulante	468	465	772.808	629.421
Não circulante	127.758	106.719	2.724.451	2.538.436

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

Empresas	Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
ETO	Banco Santander	115	18	-	133
	Banco Itaú BBA - BNDES	341	336	644	1.321
	Banco Citibank	191	191	463	845
	Banco Citibank - EDC	21	21	51	93
	Nota promissória 2ª Emissão	208	-	-	208
		<b>876</b>	<b>566</b>	<b>1.158</b>	<b>2.600</b>
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	615	615	1.179	2.409
	Loan Citibank	201	201	503	905
	Loan Citibank - EDC	22	23	56	101
	Nota promissória 1ª Emissão	346	-	-	346
		<b>1.184</b>	<b>839</b>	<b>1.738</b>	<b>3.761</b>
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	269	282	540	1.091
	Loan Citibank	201	201	487	889
	Loan Citibank - EDC	22	22	55	99
		<b>492</b>	<b>505</b>	<b>1.082</b>	<b>2.079</b>
ESS	Loan Citibank	96	96	239	431
	Loan Citibank - EDC	11	11	27	49
		<b>107</b>	<b>107</b>	<b>266</b>	<b>480</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>2.659</b>	<b>2.017</b>	<b>4.244</b>	<b>8.920</b>

## 22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debêntures e demais componentes a elas relacionados, são:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debentures - moeda nacional	52.384	48.174	1.465.703	704.888
(-) custos de captação incorridos na captação	-	-	(17.578)	(3.386)
<b>Total</b>	<b>52.384</b>	<b>48.174</b>	<b>1.448.125</b>	<b>701.502</b>
Circulante	1.400	1.391	86.878	150.905
Não Circulante	50.984	46.783	1.361.247	550.597

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2017	2016						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	52.384	48.174	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	52.384	48.174						
ETO								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	41.319	-	19/07/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Semestral	8,55%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	37.095	-	19/07/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Semestral	8,61%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.651	-	31/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Semestral	7,44%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.799	-	31/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Semestral	7,66%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.350	-	31/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074%	out / 27	Semestral	8,06%

					a.a			
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	117.788	-	31/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Semestral	10,71%
(-) custos de captação	(3.764)	-						
<b>Total ETO</b>	<b>207.238</b>	<b>-</b>						
<b>EMS</b>								
Debentures 7ª Emissão	-	353.239	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	12,22%
Debentures 8ª Emissão	306.200	-	19/07/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	10,69%
					IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Semestral	7,44%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	10.905	-	31/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Semestral	7,66%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.033	-	31/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Semestral	8,06%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	3.786	-	31/10/17	3.733 / 3.733	107,75% CDI	out / 22	Semestral	10,71%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	133.072	-	31/10/17	131.499 / 131.499				
(-) custos de captação	(2.218)	(1.601)						
<b>Total EMS</b>	<b>453.778</b>	<b>351.638</b>						
<b>EMT</b>								
Debentures 5ª Emissão	233.817	303.475	15/05/14	45.000 / 45.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	12,22%
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	85.073	-	19/07/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Semestral	8,55%
					IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Semestral	8,61%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	76.375	-	19/07/17	73.494 / 73.494	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Semestral	7,44%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	10.683	-	31/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Semestral	7,66%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	1.991	-	31/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Semestral	8,06%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	3.708	-	31/10/17	3.657 / 3.657	107,75% CDI	out / 22	Semestral	10,71%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	130.376	-	31/10/17	128.834 / 128.834				
(-) custos de captação incorridos na contratação	(7.696)	(1.785)						
<b>Total EMT</b>	<b>534.327</b>	<b>301.690</b>						
<b>ESS</b>								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	44.720	-	19/07/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Semestral	8,55%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	40.146	-	19/07/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Semestral	8,61%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	8.693	-	31/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Semestral	7,44%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.621	-	31/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Semestral	7,66%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.019	-	31/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Semestral	8,06%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	106.099	-	31/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Semestral	10,71%
(-) custos de captação incorridos na contratação	(3.900)	-						
<b>Total ESS</b>	<b>200.398</b>	<b>-</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>1.465.703</b>	<b>704.888</b>						
(-) custos de captação	(17.578)	(3.386)						
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.448.125</b>	<b>701.502</b>						
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>1.448.125</b>	<b>701.502</b>						

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$288.078 e ajuste a valor presente.

Em 19 de Julho de 2017 as Controladas EMT, ESS e ETO emitiram Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos custos de captação é de R\$10.842 conforme segue: (i) EMT - R\$5.356; ETO - R\$2.619 e ESS - R\$2.867, estes custos serão amortizado mensalmente até os vencimentos das respectivas debêntures

Em 31 de outubro de 2017 as Controladas EMT, EMS, ESS e ETO emitiram Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas, com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano para a 1ª Série, com vencimento 15/10/2024, remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano para a 2ª Série, com vencimento em 15/10/2027 e remuneração de IPCA mais 5,110% ao ano para a 3ª Série, com vencimento 15/10/2022, remuneração de 107,75% CDI ao ano para a 4ª Série. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos custos de captação é de R\$4.743 conforme segue: (i) EMT - R\$1.269; ETO - R\$1.146; EMS - R\$1.295 e ESS - R\$1.033, estes custos serão amortizados mensalmente até os vencimentos das respectivas debêntures.

Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 2017, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2019	-	64.906
2020	-	336.258
2021	-	285.780
2022	-	454.092
Após 2022	50.984	220.211
<b>Total</b>	<b>50.984</b>	<b>1.361.247</b>

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
EMT	Debêntures 5ª Emissão	533	223	315	1.071
	Debentures 6ª Emissão 1ª Série	619	619	1.549	2.787
	Debentures 6ª Emissão 2ª Série	395	395	1.779	2.569
	Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	19	19	54	92
	Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	3	3	11	17
	Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	3	3	27	33
	Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	233	233	661	1.127
	<b>Total EMT</b>	<b>1.805</b>	<b>1.495</b>	<b>4.396</b>	<b>7.696</b>
ETO	Debentures 2ª Emissão 1ª Série	303	303	757	1.363
	Debentures 2ª Emissão 2ª Série	193	193	870	1.256
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	17	17	49	83
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	12	16
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	23	29
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	211	211	595	1.017
	<b>Total ETO</b>	<b>729</b>	<b>729</b>	<b>2.306</b>	<b>3.764</b>
EMS	Debentures 8ª Emissão	194	194	535	923
	Debentures 9ª Emissão	263	117	915	1.295
	<b>Total EMS</b>	<b>457</b>	<b>311</b>	<b>1.450</b>	<b>2.218</b>
ESS	Debentures 1ª Emissão 1ª Série	332	332	828	1.492
	Debentures 1ª Emissão 2ª Série	212	212	951	1.375
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	16	16	43	75
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	21	27
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	190	190	537	917
	<b>Total ESS</b>	<b>755</b>	<b>755</b>	<b>2.390</b>	<b>3.900</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.746</b>	<b>3.290</b>	<b>10.542</b>	<b>17.578</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Saldos iniciais em 2016 e 2015</b>	<b>48.174</b>	<b>44.735</b>	<b>701.502</b>	<b>954.452</b>
Novas debêntures emitidas	-	-	1.154.522	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	3.348	3.330	95.352	121.210
Custos empréstimos	-	-	(17.578)	-
Ajuste a valor presente	4.202	3.448	4.202	3.448
Pagamento de principal	-	-	(128.480)	(87.066)
Recompra de debêntures	-	-	(293.707)	(158.255)
Pagamento de juros	(3.340)	(3.339)	(67.688)	(132.287)
<b>Saldos finais em 2017 e 2016</b>	<b>52.384</b>	<b>48.174</b>	<b>1.448.125</b>	<b>701.502</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.400</b>	<b>1.391</b>	<b>86.878</b>	<b>150.905</b>
<b>Não circulante</b>	<b>50.984</b>	<b>46.783</b>	<b>1.361.247</b>	<b>550.597</b>

Recompra de debêntures:

Controladas:

. Em 09 de outubro de 2017, a controlada Energisa Mato Grosso do Sul efetuou a compra de 40.000 debêntures de sua emissão mantidas em tesouraria, canceladas em dezembro de 2017, referente ao saldo em circulação da 7ª Emissão 1ª Serie no valor de R\$295.058 que inclui juros de R\$1.351.

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 a controlada Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000 e em 08 de setembro de 2016 recomprou mais 860 debêntures no valor de R\$8.255.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

## 23. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	339.739	219.812
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	5.647	3.040
Encargos Sociais	-	-	15.755	11.547
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (b)	-	-	29.821	29.717
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL (b)	-	-	12.802	10.448
Contribuições ao PIS e a COFINS	47	227	56.879	77.178
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	233	314	1.256	2.206
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	91	112
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	105	10	526	333
Outros	16	17	14.689	24.405
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>568</b>	<b>477.205</b>	<b>378.798</b>
Circulante	401	568	300.075	274.053
Não Circulante	-	-	177.130	104.745

- (a) ICMS - A controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" com depósito judicial, enquanto as controladas EMT e ETO possuem R\$129.506 (R\$36.134 em 2016) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.



- (b) Inclui IRPJ e CSSL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial. A controlada ESS liquidou seus débitos através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

#### Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia e suas controladas aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela Lei nº 13.496/2017 (MP 783/2017), com pagamento em 5 parcelas iguais e sucessivas, correspondente de 5% a 20% do saldo devedor, corrigidos pela variação da Selic e optou por liquidar o saldo remanescente do débito no montante de R\$19.360 com a utilização de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social próprios e/ou de empresa controladora. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$6.748, registrado na rubrica de "Outras receitas financeiras" na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas devem manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

Segue demonstração dos valores incluídos no programa:

Controladas	INSS	PIS/COFINS	IRPJ /CSLL	Débito atualizado em 2017
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	238	-	-	238
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	837	5.347	5.840	12.024
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	347	-	-	347
. Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	434	2.435	12.004	14.873
<b>TOTAL</b>	<b>1.856</b>	<b>7.782</b>	<b>17.844</b>	<b>27.482</b>

Demonstrativos dos valores apurados incluídos no Programa:	2017
Valor do débito	18.730
Atualização (juros + multas)	8.752
<b>Total</b>	<b>27.482</b>
<b>Liquidação</b>	
Pagamento a vista (antecipações) - 5% a 20%	(1.374)
Redução de multas e juros (outras receitas financeiras)	(6.748)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL - próprios	(8.876)
Valor utilizado de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL - controladora	(10.484)
<b>Total</b>	<b>(27.482)</b>

#### Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize)

Em dezembro de 2017 a controlada ESS aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize) do Governo do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei 22.549/2017, para quitação de valores relativos ao CMS incidente sobre a subvenção CDE - venda de energia elétrica, considerando os benefícios do plano, conforme segue:

	Total
Principal	7.548
Multas, juros e honorários	578
Redução de juros e multa	(202)
<b>Valor liquidado em 20/12/2017</b>	<b>7.924</b>

O montante de R\$7.548 de principal, foi registrado na rubrica clientes, consumidores e concessionárias. As multas, juros e as reduções no montante de R\$376 foi contabilizada em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

## 24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices.

Descrição	EMT	ESS (*)	2017	2016
COFINS	-	-	-	354
ICMS	222	71.641	71.863	82.695
<b>TOTAL</b>	<b>222</b>	<b>71.641</b>	<b>71.863</b>	<b>83.049</b>
Circulante	222	9.935	10.157	13.485
Não Circulante	-	61.706	61.706	69.564

A Controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná no montante R\$71.641 (R\$82.199 em 2016).

(\*) Vide nota explicativa 1.

Saldos em 2017:

	Valor original	Multa	Juros	Total
ICMS	38.862	4.334	28.667	71.863
<b>TOTAL</b>	<b>38.862</b>	<b>4.334</b>	<b>28.667</b>	<b>71.863</b>

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2017
2018	10.157
2019	14.819
2020	13.859
Após	33.028
<b>Total</b>	<b>71.863</b>
Circulante	10.157
Não circulante	61.706

## 25. Encargos setoriais - consolidado

	2017	2016
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	87.477	85.317
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.782	2.351
Ministério de Minas e Energia - MME	1.373	1.160
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	5.452	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	127.614	108.257
Programa de Eficiência Energética - PEE	155.120	194.229
<b>Total</b>	<b>379.818</b>	<b>391.314</b>
Circulante	224.765	239.748
Não circulante	155.053	151.566

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Conta de Desenvolvimento Energético-CDE - refere-se a: (i) cota anual do exercício 2017 no montante de R\$37.935 (R\$44.013 em 2016); ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$8.218 (R\$7.732 em 2016) (iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$25.491 (R\$33.195 em 2016).

## 26. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2017	2016
Saldo inicial -2016 e 2015	154.340	173.500
Juros	12.927	22.438
Amortização	(70.350)	(41.598)
Saldo Final -2017 e 2016	96.917	154.340
Circulante	58.635	58.635
Não circulante	38.282	95.705

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, ESS<sup>(\*)</sup>, CFLO<sup>(\*)</sup> CNEE<sup>(\*)</sup>, EEB<sup>(\*)</sup> e EDEVP<sup>(\*)</sup>, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, ESS, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

(\*) Vide nota explicativa 1.

## 27. Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	2017	2016
Saldo em 2016 e 2015	313.013	294.625
Adição no exercício	51.778	49.464
Atualização monetária	56.509	55.887
Baixas/pagamentos	(211.330)	(86.963)
Saldo em 2017 e 2016	209.970	313.013
Circulante	111.053	234.398
Não circulante	98.917	78.615

## 28. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidado.

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	2017
Transferência da rubrica de Outros passivos - não circulante	35	655	690
Constituições de provisões	-	123	123
Reversões de provisões	(35)	(284)	(319)
Atualização monetária	-	53	53
Saldo final - não circulante 2017	-	547	547

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2017	2016
Saldo inicial - não circulante 2016 e 2015	172.465	217.136	12.026	-	401.627	467.013
Constituições de provisões	92.108	67.472	327	-	159.907	132.334
Reversões de provisões	(35.401)	(41.182)	(987)	-	(77.570)	(152.507)
Pagamentos realizados	(50.640)	(42.812)	(1)	-	(93.453)	(74.498)
Atualização monetária	2.367	4.708	899	-	7.974	29.285
Transferência	-	(18.833)	-	18.833	-	-
Saldo final - não circulante 2017 e 2016	180.899	186.489	12.264	18.833	398.485	401.627
Cauções e depósitos vinculados (*)	-	-	-	-	(77.452)	(97.175)

(\*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$176.524 (R\$132.038 em 2016). Desse total, R\$99.072 (R\$34.863 em 2016), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de ser possível ou remoto.

### Perdas prováveis - consolidado

#### • Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

No exercício foram constituídas cerca de R\$92.108 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreaviso, entretanto, as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$50.640, e por consequência reverteram provisões de R\$35.401. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$67.472, principalmente relacionadas a novas ações e ao aumento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$42.812, e por consequência reverteram provisões de R\$41.182. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

O incremento de novas provisões no exercício findo 31 de dezembro de 2017 foi de R\$327, principalmente relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS. E a reversão da provisão no montante de R\$987.

Principais processos: Controlada - ETO

- . Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.940 (R\$4.544 em 2016).

- . Processo nº 2010.002.0904-8 alterado para nº 5008221-35.2011.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.675 (R\$3.380 em 2016).

- **Regulatórias**

No exercício, as controladas EMT, EMS, ETO e ESS efetuaram reclassificações no montante de R\$18.833 para o regulatório de processos antes classificados como cíveis, referente descumprimento de preceito regulatório. Estes valores decorrem de Autos de Infração já lavrados pela ANEEL e estão relacionadas ao descumprimento de

obrigações contratuais e regulatórias, tais como indicadores de continuidade/qualidade, indicadores de níveis de tensão e atraso na restituição aos consumidores em decorrência da incorporação de redes.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

#### **Perdas possíveis - consolidado**

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.502.237 (R\$3.140.216 em 2016) no consolidado, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução de R\$635.979, registrada no exercício, refere-se, a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos, de alteração/redução de provisão e de alterações de prognóstico registradas no exercício, merecendo destaque a redução de R\$262.572 referente aos processos cíveis nº 21/2013 CTCE e nº 21/2013 da Companhia, além de liquidação do processo de natureza fiscal de ICMS em que a controlada EMT fez incluir no REFIS Estadual de Mato Grosso no montante de R\$232.467.

#### **• Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$122.428 (R\$101.987 em 2016), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O incremento de R\$20.441 registrado no exercício, refere-se, a movimentações relacionadas movimentações de novos processos entrantes, alterações/aumentos provisão e atualização monetária da base de ativos.

Principais processos:

#### **EMT**

. Reclamação trabalhista nº 0001087-16.2017.5.23.0006, recebida em 2017, com valor envolvido de R\$12.870, onde se discute questões relacionadas a jornada de trabalho.

. Reclamação trabalhista nº 0000203-14.2015.5.23.0052 no valor de R\$2.819 (R\$2.756 em 2016), relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

. Reclamação trabalhista nº 0000806-57.2017.5.23.0007 com valor envolvido de R\$1.872, recebido em 2017 relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

#### **ETO**

. Processo 0001392-04.2016.5.10.0812 no montante de R\$3.428 (R\$3.363 em 2016) onde se discute questões envolvendo indenização por acidente de trabalho.

. Processo 0023044-62.2013.5.02.0030 no montante de R\$2.292 (R\$2.240 em 2016) onde se discute questões envolvendo verbas contratuais.

. Processo 0000772-26.2015.5.10.0812 no montante de R\$1.125 (R\$1.099 em 2016) onde se discute questões envolvendo verbas rescisórias.

## ESS

. Reclamação trabalhista nº 0011297-53.2017.5.03.0178 recebida em 2017 com valor envolvido de R\$2.238, envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

. Reclamação trabalhista nº 0010944-20.2017.5.15.0100 recebida em 2017 com valor envolvido de R\$2.265, envolvendo questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

## Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$969.754 (R\$1.444.432 em 2016) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa, bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$474.678, registrada no exercício de 2017, refere-se, a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos, reversões advindas de alteração/redução de provisão e reversões advindas de alterações de prognóstico registradas no exercício, merecendo destaque a redução de R\$262.572 advinda dos processos 21/2013 CTCE e 21/2013 da Companhia.

### Principais processos:

#### Controladora:

. Ação de execução por quantia certa nº 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$27.477 (R\$158.843 em 2016), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da controlada vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação civil pública nº 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$195.977 (R\$159.990 em 2016), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP. O processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra esta decisão alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

#### Controladas:

## EMS

. Ação cível coletiva nº 00651268720144013800, no montante de R\$162.739 (R\$159.077 em 2016), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública nº 00081923720034036000, no montante de R\$60.955 (R\$59.583 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº 167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

Ação cível pública, no montante de R\$977 (R\$79.026 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido. A redução ocorrida no exercício foi realizada em face da posição dos consultores jurídicos.

## EMT

. Ação de indenização nº 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$67.513 (R\$65.994 em 2016), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização nº 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$38.259 (R\$37.398 em 2016), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização nº 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$33.044 (R\$32.301 em 2016), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização nº 1005691-76.2017.811.0041 no montante de R\$27.469, recebido em 2017, onde se discute matéria relacionada a verbas não pagas por ocasião da execução de contratos de prestação de serviços adicionais.

## ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$32.182 (R\$31.458 em 2016 ) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

. Processo 5032063-73.2013.827.2729 com valor envolvido de R\$23.472 (R\$22.944 em 2016) onde se discute questões contratuais relacionadas a nulidade contratual.

. Processo 5000750-04.2012.827.2738 com valor envolvido de R\$4.291 (R\$4.195 em 2016) onde se discute questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

## ESS

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a verbas contratuais, processo nº 1005048-10.2015.8.26.0482 com valor pedido de R\$20.499 (R\$19.989 em 2016).

### • Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.410.055 (R\$1.591.797 em 2016), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da



empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A redução de R\$181.742 registrada no exercício, refere-se, a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos, reversões advindas de alteração/redução de provisão e reversões advindas de alterações de prognóstico registradas no exercício.

Principais processos:

Controladas:

#### EMS

. Auto de infração nº 10140720806201057, com montante envolvido de R\$65.786 (R\$60.506 em 2016), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

#### EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") montavam R\$677.204 (R\$622.848 em 2016), para o qual a controlada não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual 10.433/2016 e Decreto 780/2016).

Autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, 5002848/2016 no montante de R\$232.467 (R\$230.237 em 2016), processo 5002848/2016, invalidando transferência de créditos adquiridos pela Companhia, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alega-se: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por apropriação de crédito fiscal em montante supostamente superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento da transferência, ao convênio ICMS85/2011, contra o que a Companhia defende-se no respaldo legal havido para a operação.

Em novembro de 2017, por decisão da Administração, a autuação referida acima foi inserida no Refis Estadual do Estado, com substanciais vantagens econômico-financeiras *vis a vis* os riscos e custos envolvidos na continuidade da discussão, o que permitiu a liquidação do processo com redução de multas e juros de R\$114.430. O débito original é de R\$73.821 acrescidos de atualização monetária, juros e multas de R\$44.216, monta em R\$118.037 pagos em 20/12/2017.

Por se tratar de créditos adquiridos de terceiros em 2012 a controlada EMT está preparando as medidas judiciais e extra-judiciais cabíveis para que possa reaver os valores despendidos. Da mesma forma, por entender o risco na realização do ativo, reconheceu o montante original da dívida no valor de R\$73.821, como perdas com crédito de ICMS, redutor do ativo não circulante, tendo registrado em outras despesas financeiras, na demonstração do resultado do exercício.

. Destaca-se também os processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$199.673, dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$60.068, processo 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração nº 01117855020128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$61.128 em 2016, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a

janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação via E-PROCESS teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, com valor envolvido de R\$71.705.

## **ESS**

. Auto de Infração, 4.034.268-2 montante de R\$20.532 (R\$17.333 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse baixa renda ref. fevereiro de 2008 até dezembro 2009.

. Auto de Infração, nº 4.022.209 no montante de R\$5.340 (R\$5.100 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

. Auto de Infração nº 10880.914021/2011-61 montante de R\$3.260 (R\$2.999 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

## **ETO**

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$39.434 (R\$36.269 em 2016) relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014.

. Auto de Infração 10746.720279/2014-95 com valor envolvido de R\$5.318 (R\$4.891 em 2016) relacionado a discussões sobre recolhimento da estimativa do CSLL apurado em outubro de 2011.

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$163.081 (R\$145.446 em 2016).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$77.611 (R\$68.002 em 2016).

## **. Regulatório**

. As controladas EMT, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL de montante de R\$32.497 (R\$15.469 em 2016), classificadas como Possível. Deste valor, aproximadamente R\$26.000 decorrem da penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre pelas distribuidoras e a QMRA para fruição do benefício do Refis da Copa. Neste processo, que ainda está tramitando perante à ANEEL, já houve manifestação da Procuradoria da Agência no sentido de cancelar a penalidade, restando a deliberação pela Diretoria colegiada de forma que, após análise dos documentos, entende-se com Possível a chance de perda. O restante do valor provisionado como possível decorre de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL onde se vislumbra a possibilidade de procedência dos nossos recursos administrativos pelo que também foram provisionados como Possível.

## 29. Outras passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participações Empregados	-	-	17.397	17.368
Salário a pagar	-	-	-	11.951
Outros Benefícios a empregados	-	-	3.874	7.674
Entidade Seguradora	-	-	1.691	2.676
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	4.740	2.077
Rede Energia - Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	6.767	6.765
Adiantamentos de clientes	155	-	26.975	42.982
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	17.077	3.623
Reserva de reversão/amortização	-	-	-	8.248
Encargos Tarifários	-	-	2.477	3.716
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.469	-
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso (*)	-	-	47.022	-
Credores Recuperação Judicial	-	-	51.469	-
Outras contas a pagar	34	5.063	42.085	65.163
<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>5.063</b>	<b>245.907</b>	<b>186.107</b>
Circulante	168	172	156.640	90.427
Não Circulante	21	4.891	89.267	95.680

(\*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD")

## 30. Patrimônio líquido

### 30.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.777.404 (R\$2.777.404 em 2016), representando por 2.057.875 ações ordinárias (1.418.874 ordinárias e 639.909 em 2016) preferencias, sem valor nominal.

Em AGOE de 28 de abril de 2017 foi aprovado a exclusão da vedação a conversibilidade das ações preferencias em ações ordinárias e a conversão de todas as 639.909 ações preferencias em ações ordinárias, dessa forma o capital da empresa passa a ser representado por 2.057.875 ações ordinárias, sem valor nominal, até a data da Assembleia, cada ação ordinária dava direito a um voto. As ações preferenciais eram inconversíveis em ações ordinárias e não tinham direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial fazia jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

### 30.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 30.3 Reserva de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2017	2016
EMT	SUDAM	114/2014	(11.627)	44.783
ETO	SUDAM	113/2014	15.923	10.538
<b>Total</b>			<b>4.296</b>	<b>55.321</b>

Em função do recálculo do imposto de renda e da contribuição dos exercícios conforme nota explicativa nº 15 a controlada EMT apresentou reversão de Redução de Incentivo fiscal (imposto de renda)

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

### 30.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	111.229	159.716
Dividendos prescritos	-	209
Reserva legal (5%)	(5.561)	(7.986)
<b>Lucro líquido ajustado para cálculo dos dividendos</b>	<b>105.668</b>	<b>151.939</b>
Dividendos obrigatórios (25%) valor por ação R\$0,1284 ordinária (R\$0,0179 ordinária e R\$0,0197 preferencial em 2016)	26.417	37.985
Dividendos adicionais propostos (*) R\$0,0537 ordinária e R\$0,0591 preferencial em 2016	-	113.954
<b>Total dos dividendos</b>	<b>26.417</b>	<b>151.939</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	100%

(\*) Os dividendos adicionais propostos originalmente registrados, na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido em dezembro de 2016, foram retificados em ata na AGOE de 28 de abril de 2017 e transferidos para reserva de “Retenção de Lucros” no exercício de 2017.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

### 30.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2017 e 2016:

	2017	2016
Saldo inicial - 2016 e 2015	690	7.159
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(16.179)	(9.801)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	5.501	3.332
Saldo final - 2017 e 2016	(9.988)	690

### 30.6 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

#### Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2016	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Subscrição de aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2017
. Energisa Mato Grosso	42,33%	960.231	(4.564)	(5.846)	-	(2.895)	-	946.926
. Energisa Tocantins	23,33%	218.364	9.289	(33.234)	-	(1.051)	-	193.368
. Empresa Elétrica Bragantina	4,15%	4.220	298	(108)	-	-	-	4.410
. Companhia Nacional de Energia Elétrica	1,31%	1.058	170	(98)	-	-	-	1.130
. Companhia Força e Luz Oeste	1,47%	323	28	(29)	(45)	-	-	277
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	881	39	(83)	-	0	-	837
. Rede Power do Brasil	0,01%	47	5	(1)	-	0	-	51
. Energisa Sul Sudeste (antiga denominação da Caiuá)	1,01%	-	508	(152)	-	(33)	(79)	244
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(150)	(5)	-	-	-	-	(155)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	8	4	-	-	-	-	8
		<b>1.184.982</b>	<b>5.768</b>	<b>(39.551)</b>	<b>(45)</b>	<b>(3.979)</b>	<b>(79)</b>	<b>1.147.096</b>

## 31. Receita operacional - consolidada

	2017			2016		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	3.007.369	6.896.940	4.595.685	2.929.586	6.544.690	4.237.660
Industrial	33.738	1.536.658	1.046.793	35.315	1.977.583	1.242.815
Comercial	269.263	3.695.065	2.550.308	269.776	3.694.712	2.473.919
Rural	367.504	2.177.197	1.063.371	361.775	2.004.841	935.161
Poder Público	34.540	906.305	593.001	34.291	858.370	540.771
Iluminação Pública	4.835	907.111	301.298	4.742	856.807	276.640
Serviço Público	4.474	560.809	299.418	4.372	594.771	300.280
Consumo Próprio	929	24.394	-	900	23.960	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.722.652</b>	<b>16.704.479</b>	<b>10.449.874</b>	<b>3.640.757</b>	<b>16.555.734</b>	<b>10.007.246</b>
Suprimento de energia elétrica	-	1.358.735	313.768	-	2.302.948	294.606
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-
Líquido	-	10.638	14.507	-	(48.247)	(26.988)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	489	-	727.575	348	-	555.142
Receita de Construção (1)	-	-	1.061.020	-	-	1.140.629
Serviços Especializados	-	-	5.792	-	-	341
Outras Receitas Operacionais	-	-	81.062	-	-	78.540
Valor justo ativo indenizável	-	-	158.748	-	-	90.221
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(27.365)	-	-	(23.662)
(-) Excedentes de Reativos (2)	-	-	(38.391)	-	-	(45.472)
Constituição e Amortiz- CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	162.482	-	-	(500.316)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	634.373	-	-	543.850
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>3.723.141</b>	<b>18.073.852</b>	<b>13.543.445</b>	<b>3.641.105</b>	<b>18.810.435</b>	<b>12.114.137</b>
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	2.410.771	-	-	2.240.598
PIS	-	-	203.116	-	-	179.681
COFINS	-	-	936.036	-	-	827.552
Deduções bandeiras tarifárias - CPRB	-	-	1.334	-	-	1.741
ISS	-	-	1.505	-	-	1.683
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (4)	-	-	42.713	-	-	9.415
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	38.756	-	-	32.586
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	882.387	-	-	1.038.201
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	38.783	-	-	32.565
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	10.892	-	-	10.282
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.566.293</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.374.304</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>3.723.141</b>	<b>18.073.852</b>	<b>8.977.152</b>	<b>3.641.105</b>	<b>18.810.435</b>	<b>7.739.833</b>

- (1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Inclui R\$22.876 (R\$15.095 em 2016) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMT, ETO, EMS e ESS (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) que incorporou as empresas EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, e R\$11.736 referente ao Ofício Circular 112/2017-SFF/ANEEL, exclusivo para as distribuidoras que renovaram o contrato de concessão, que definiu que os dados de Ultrapassagem de Demanda e Excedente Reativo acumulados até a competência fevereiro/2017 fossem transferidos para Obrigações Especiais e os dados posteriores a março/2017 fossem contabilizados como Passivo Financeiro Setorial. Os demais montantes foram constituídos na rubrica de Obrigações especiais, no exercício de 2017 em R\$54.616 (R\$54.039 em dezembro de 2016).
- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado dos exercícios de 2017 e 2016, de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das bandeiras tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$344.505 (R\$175.609 em 2016), tendo repassado da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$42.713 (R\$9.415 em 2016). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias em 2017 foi de R\$301.792 (R\$166.194 em 2016).

Para os meses de janeiro a novembro de 2017 e exercício de 2016 a ANEEL homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2017	2016
Janeiro	Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	105	(23)
Fevereiro	Nº 899 de 30 de março de 2017(Nº 797 de 30 de março de 2016)	84	(26)
Março	Nº 1237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016)	(5.244)	1
Abril	Nº 1492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016)	(17.501)	1
Maio	Nº 1944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016)	(15.690)	244
Junho	Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017 (Nº 2.045 de 29 de julho de 2016)	(15.710)	203
Julho	Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017 (Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016)	(7.511)	(42)
Agosto	Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017 (Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016)	(2.174)	(42)
Setembro	Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017(Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016)	9.893	(27)
Outubro	Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017 (Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016)	4.220	(9)
Novembro	Nº 0.002 de 02 de janeiro de 2018 (Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016)	4.285	(4.882)
Dezembro	Valores de 2017 foram estimados, enquanto de 2016 foram homologados pelo Despacho Nº 290 de 31 de janeiro de 2017.31 de janeiro de 2017.	2.530	(4.813)
		<b>(42.713)</b>	<b>(9.415)</b>

## 32. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
		2017	2016
Pessoal e administradores			-
Serviços de terceiros	1.077	1.077	3.679
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(196)	(196)	(73)
Outras	1.847	1.847	297
	<b>2.728</b>	<b>2.728</b>	<b>3.903</b>

Consolidado						
Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiro		2017	2016
Energia elétrica comprada para revenda	4.656.319	-	-	-	4.656.319	3.764.720
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	406.024	-	-	-	406.024	476.976
Pessoal e administradores	-	511.506	46	52.887	564.439	564.052
Entidade de previdência privada/plano de saúde	-	10.037	-	26.100	36.137	12.793
Material	-	85.933	(2.992)	9.524	92.465	83.476
Serviços de terceiros	-	362.458	189	212.589	575.236	477.312
Depreciação e amortização	-	560.882	-	28.816	589.698	510.955
Provisão (reversão) p/créd. liquidação duvidosa	-	97.696	-	-	97.696	(1.718)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(14.365)	-	3.250	(11.115)	(94.671)
Custo de construção	-	-	1.061.020	-	1.061.020	1.140.629
Outras	-	67.342	34	71.972	139.348	125.482
	<b>5.062.343</b>	<b>1.681.489</b>	<b>1.058.297</b>	<b>405.138</b>	<b>8.207.267</b>	<b>7.060.006</b>

## Energia elétrica comprada para revenda:

	Consolidado			
	MWH (1)		Energia elétrica comprada para revenda	
	2017	2016	2017	2016
Energia de Itaipú - Binacional	2.965.571	2.951.611	795.103	577.665
Energia de leilão	7.364.658	8.419.943	1.691.324	1.713.104
Energia bilateral	4.967.245	5.125.649	1.248.573	1.037.913
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	605.384	607.042	137.779	122.187
Energia de curto prazo - CCEE	516.647	62.511	494.237	252.771
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória 1410	4.461.033	4.457.665	606.666	276.054
Programa incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	411.777	419.171	142.855	154.318
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(460.218)	(369.292)
<b>Total</b>	<b>21.292.315</b>	<b>22.043.592</b>	<b>4.656.319</b>	<b>3.764.720</b>

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

## 33. Outros resultados

	Controladora	Consolidado	
	2016	2017	2016
<b>Outras Receitas:</b>			
Ganhos na alienação/desativação	-	65.671	33.240
Direito de crédito e outras avenças (*)	15.782	-	24.639
Reembolso custos gastos EDP Energia do Brasil	7.666	-	7.666
Outras	256	-	9.537
<b>Total</b>	<b>23.704</b>	<b>65.671</b>	<b>75.082</b>
<b>Outras Despesas:</b>			
Perdas na alienação/desativação	-	(104.389)	(82.028)
Constituição de provisão - carta de crédito	-	-	(19.924)
Parcelamento REFIS Lei 10.433/2016	-	-	(12.131)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS)	(1.460)	(2.669)	(2.672)
Outras	(1.375)	(1.475)	(8.265)
<b>Total</b>	<b>(2.835)</b>	<b>(108.533)</b>	<b>(125.020)</b>

(\*) Refere-se a recebimento de direito de créditos e outras avenças recebidas pela Companhia e pela controlada Rede Power junto a EDP por força do Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de créditos e outras avenças (vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente também foram reconhecidos ressarcimentos por conta da obrigação de indenizar pela EDP a Rede Energia o montante de R\$7.666. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Companhia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.



### 34. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	1.708	1.739	111.493	150.344
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	160.632	161.443
Variação monetária e cambial	-	-	2.743	5.792
Atualização dos contratos de mútuo	36.681	27.811	42.851	38.187
Atualização depósito judicial	-	-	4.492	5.269
Juros Selic s/ impostos a recuperar	876	1.950	29.829	24.129
Juros ativos financeiros setoriais	-	-	11.330	49.080
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(1.586)	(1.702)	(24.095)	(17.829)
Deságio aquisição de créditos de IR e CSLL - PERT	-	-	38	-
Redução: multas e juros Selic (Lei 13496) - PERT	-	-	6.748	-
Juros Selic s/ PERT	-	-	13.291	-
Dividendos investimentos avaliados a custo	-	-	4.958	-
Atualização CCC	-	-	13.846	-
Juros ativos	-	-	37.867	-
Outras receitas financeiras	9	7	70.637	64.831
	<b>37.688</b>	<b>29.805</b>	<b>486.660</b>	<b>481.246</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas - Juros	(4.468)	(4.443)	(334.036)	(380.417)
Variação monetária e cambial	-	-	(81.051)	67.393
Marcação a mercado derivativo	-	-	19.246	19.858
Marcação a mercado da dívida	-	-	5.184	(10.878)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	(13.635)	31.309
Instrumentos Financeiros	-	-	(25.388)	(219.312)
Atualização dos contratos de mutuo	(94.698)	(72.651)	(92.595)	(70.421)
Ajuste a valor presente	(5.763)	(6.224)	15.515	(51.071)
Atualização PEE e P&D	-	-	(17.219)	(25.361)
Despesas com IOF	(2.616)	(2.080)	(10.723)	(6.621)
Atualização provisão para riscos	(53)	(82)	(7.975)	(29.285)
Juros e multas	(1.599)	(329)	(16.717)	(55.981)
Juros e multa - PERT	-	-	(27.384)	-
Outros débitos fiscais - PERT	-	-	(1.036)	-
Juros de incorporação de redes	-	-	(55.393)	(55.887)
Juros passivos financeiros setoriais	-	-	(24.319)	(64.023)
Atualização monetária, juros e multas - Refis Estadual	-	-	(44.215)	-
Provisões de perdas com créditos de ICMS	-	-	(73.821)	-
Atualiz. parcelamento de impostos e encargos	-	-	(4.770)	-
Despesa de Aval	-	-	(10.448)	-
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	(12.928)	-
Outras despesas financeiras	1.400	(7.155)	(107.533)	(90.884)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(107.797)</b>	<b>(92.964)</b>	<b>(921.241)</b>	<b>(941.581)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(70.109)</b>	<b>(63.159)</b>	<b>(434.581)</b>	<b>(460.335)</b>

### 35. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2017	2016
Riscos Operacionais	07/11/2018	63.000	2.212	1.941
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	1.468	1.726
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 360/veículo	627	648
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	-	-	-	4
Aeronáutico - casco/LUC	-	-	-	65
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	122.825	1.033	979
Multirrisco Hangar	-	-	-	4
RC Hangar	-	-	-	21
Compreensivo Empresarial	28/09/2018	820	2	3
Transportes	30/01/2018	Até 2.000/transporte	159	178
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	181	278
			<b>5.682</b>	<b>5.847</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2017 e prêmio anualizado.

### 36. Arrendamento mercantil - consolidado

A controlada Energisa Mato Grosso vendeu aeronave em março de 2017 avaliada em R\$1.718 (R\$2.627 em 2016), líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, que possui cláusulas de opção de compra, com prazo de duração de 10 anos e taxas de juros.

Em 2017 a controlada Energisa Mato Grosso, em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$909 (R\$5.452 em 2016), como despesa de depreciação e de R\$432 (R\$3.066 em 2016) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$33.622 em 31 de dezembro 2016, foi finalizado em março de 2017.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2017	2016
<b>Saldos iniciais -- 2016 e 2015</b>	<b>33.622</b>	<b>46.744</b>
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(968)	(4.452)
Pagamento de principal	(32.222)	(5.604)
Pagamento de juros	(432)	(3.066)
<b>Saldos finais 2017 e 2016</b>	<b>-</b>	<b>33.622</b>
Circulante	-	5.778
Não circulante	-	27.844

### 37. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

#### Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado as respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor

justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$145.759 (R\$105.165 em 2016) , assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 16 e 12.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 2017 e 2016, estão identificadas a seguir:

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	10.489	10.489	33.308	33.308
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	29	29	17.347	17.347
Créditos com partes relacionadas	2	182.609	182.609	265.385	265.385
Passivos					
Fornecedores	2	125	125	161	161
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	180.610	180.610	155.358	155.358
Débitos com partes relacionadas	2	387.564	387.564	632.836	632.836
Consolidado					
	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	389.381	389.381	449.545	449.545
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	811.495	811.495	858.860	858.860
Clientes, consumidores e concessionárias	2	1.793.481	1.793.481	1.498.335	1.498.335
Títulos de créditos a receber	2	40.476	40.476	27.726	27.726
Contas a receber da concessão	3	3.468.480	3.468.480	2.650.946	2.650.946
Instrumentos financeiros derivativos	2	66.553	66.553	45.616	45.616
Ativos financeiros setoriais	3	716.148	716.148	441.728	441.728
Créditos com partes relacionadas	2	208.432	208.432	339.741	339.741
Passivos					
Fornecedores	2	1.089.201	1.089.201	1.022.936	1.022.936
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	4.945.384	4.952.962	3.869.359	3.875.751
Instrumentos financeiros derivativos	2	26.134	26.134	39.430	39.430
Passivo financeiro setorial	3	739.158	739.158	603.091	603.091
Débitos com partes relacionadas	2	330.707	330.707	622.122	622.122
Parcelamento de impostos	2	-	-	83.049	83.049
Taxas regulamentares	2	96.917	96.917	154.340	154.340
Hierarquia de valor justo					

## Não derivativos - classificação e mensuração

### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber e outros créditos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

### Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

## **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

## **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses, a 4ª emissão de debêntures da Companhia, o FIDC (III e IV), 1ª emissão de debêntures da ETO, 7ª emissão de debêntures da EMS, a 5ª emissão de debêntures da EMT e a 3ª emissão de debêntures da ESE, a Companhia e suas controladas estabelecerem o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

## **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

## **Hedge Accounting**

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$5.231 (R\$11.647 em 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Em jul/2017, as Controladas da Companhia realizaram a captação de R\$ 312,5 milhões através da emissão de debentures e efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

Em out/2017, as Controladas da Companhia realizaram a captação de R\$ 542 milhões através da emissão de debentures e efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

### **Fair Value Option**

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2017, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2017 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$48 (R\$769 em 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

### **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho

permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é:

	Consolidado	
	2017	2016
Dívida (a)	4.945.384	3.869.359
Partes Relacionadas (c)	322.995	610.713
Caixa e equivalentes de caixa	(389.381)	(449.545)
Dívida líquida	4.878.998	4.030.527
Patrimônio líquido (b)	(2.988.357)	(2.908.483)
Índice de endividamento líquido	1,63	1,39

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

## Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		125	-	-	-	-	125
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	3.063	10.773	8.940	504.712	527.488
Total		125	3.063	10.773	8.940	504.712	527.613

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		954.637	58.523	78.031	-	11.450	1.102.641
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	6,80%	376.342	765.411	1.744.150	1.758.979	2.705.227	7.350.109
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		(18.388)	(6.616)	(31.097)	68.243	28.278	40.419
Total		1.312.591	817.318	1.791.084	1.827.222	2.744.955	8.493.169

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

## Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6	10.489	33.308	389.381	449.545
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	29	17.347	811.495	858.860
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	1.793.481	1.498.335
Títulos de créditos a receber	8	-	-	40.476	27.726
Ativo financeiro setorial	12	-	-	716.148	441.728
Contas a receber da concessão	16	-	-	3.468.480	2.650.946
Instrumentos financeiros derivativos	37	-	-	66.553	45.616
Créditos com partes relacionadas	14	182.609	265.385	208.432	339.741

## Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com alta de 1,50% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2017, de R\$4.971.883 (R\$3.879.179 em 2016), R\$617.848 (R\$575.024 em 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm custo máximo de 4,96% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em junho de 2022.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 apresenta R\$1.130 (R\$27.755 em 2016) no ativo circulante, R\$65.423 (R\$17.861 em 2016) no ativo não circulante, R\$26.134 (R\$35.527 em 2016) no passivo circulante e (R\$3.903 em 2016) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	VC + (Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
<b>ENERGISA SUL SULDESTE</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	6.309	V.C. + 3.68%	CDI + 1,65%	30/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge



De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2017 e 2016:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	433.575	80.575	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(453.500)	(73.740)
Swap Cambial (Derivativo)	433.575	80.575	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	453.500	73.740
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(438.015)	(96.948)
			Posição Líquida Swap	15.485	(23.208)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(438.015)	(96.948)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida (Objeto de Hedge) (*)	151.351	431.582	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(164.346)	(467.665)
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	151.351	431.582	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	164.346	468.545
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(152.083)	(439.150)
			Posição Líquida Swap	12.263	29.395
			Posição Líquida Dívida + Swap	(152.083)	(438.270)

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida (Objeto de Hedge)*	372.950	-	Taxa Pré-Fixada	(397.987)	-
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	372.950	-	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	398.011	-
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(385.340)	-
			Posição Líquida Swap	12.671	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(385.316)	-

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 2017 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

## Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(584.926)		(521.391)	(659.968)	(798.546)
Variação Dívida	-		63.535	(75.042)	(213.620)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	617.848	Alta US\$	554.313	692.890	831.468
Variação - USD e LIBOR	-		(63.535)	75.042	213.620
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(590.098)		(590.098)	(590.098)	(590.098)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	27.750		(35.785)	102.792	241.370
Total Líquido	(557.176)		(557.176)	(557.176)	(557.176)

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2017, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$557.176 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$557.176 em ambos os casos.

## Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(372.950)		(372.950)	(372.950)	(372.950)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	398.011		398.011	398.011	398.011
Variação - Taxa de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(385.340)		(385.340)	(423.946)	(462.545)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(38.606)	(77.205)
Subtotal	12.671		12.671	(25.934)	(64.534)
Total Líquido	(360.279)		(360.279)	(398.885)	(437.484)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,94%, TJLP = 7,12% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.176.309	Alta CDI	79.401	99.251	119.101
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(590.098)	Alta CDI	(39.832)	(49.790)	(59.748)
	(2.409.013)	Alta CDI	(162.609)	(203.261)	(243.914)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(396.281)	Alta TJLP	(27.740)	(34.675)	(41.610)
	(390.895)	Alta IPCA	(11.531)	(14.414)	(17.297)
	(274.177)	Alta SELIC	(18.507)	(23.134)	(27.761)
	(644.721)	Alta TR	(3.868)	(4.835)	(5.802)
Subtotal (2)	(4.705.185)		(264.087)	(330.109)	(396.132)
Total - perdas (2)	(3.528.876)		(184.686)	(230.858)	(277.031)

Considera o CDI de 31 de dezembro de 2018 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2017, TJLP 7,0% ao ano, Selic 6,75%, TR 0,60% e IPCA 2,95%.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$266.697.

## 38. Benefícios pós emprego

### Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de Benefício Definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2017, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$13.376 (R\$11.597 em 2016).

As controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev -

Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

**a) Plano de Benefícios BD-I:**

Instituído em 01 de janeiro de 1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01 de janeiro de 1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

**b) Plano de Benefícios - R:**

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, e as empresas do grupo Rede Energia Participações S.A..

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 R1 (IAS 19) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

**c) Plano de Benefício -OP:**

Instituído em 01 de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

***Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos***

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2017	Avaliação atuarial 2016
Taxa de desconto atuarial	5,14%	6,97%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	9,35%	13,65%
Taxa de crescimento salarial (*)	7,38%	9,91%
Taxa de inflação projetada	4,00%	6,29%
Tábua de mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(\*) inclui expectativa de inflação futura projetada

## Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2016

### a) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 R1 (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

### Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	EMT	EMS	ETO	ESS	Total - 2017
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
<b>Valor presente da obrigação de benefício definido</b>					
Saldo no início do exercício - 2016	178.439	136.400	14.399	15.031	344.269
Saldo das empresas incorporadas	-	-	-	83.822	83.822
Custo do serviço corrente	394	368	251	252	1.265
Custo dos juros	20.448	15.612	1.654	11.259	48.973
Benefícios pagos	(14.736)	(13.173)	(908)	(7.285)	(36.102)
Ganhos/Perdas atuariais	12.715	20.746	1.158	8.249	42.868
<b>Saldo no final do exercício - 2017</b>	<b>197.260</b>	<b>159.953</b>	<b>16.554</b>	<b>111.328</b>	<b>485.095</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>					
Saldo no início do exercício - 2016	171.951	188.703	13.453	15.022	389.129
Saldo das empresas incorporadas	-	-	-	86.672	86.672
Retorno esperado	19.742	21.862	1.648	11.735	54.987
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	1.814	173	742	663	3.392
Benefícios pagos	(14.736)	(13.173)	(908)	(7.285)	(36.102)
Ganhos/Perdas atuariais	11.947	7.625	130	7.009	26.711
<b>Saldo no final do exercício - 2017</b>	<b>190.718</b>	<b>205.190</b>	<b>15.065</b>	<b>113.816</b>	<b>524.789</b>
<b>Posição líquida</b>	<b>(6.542)</b>	<b>45.237</b>	<b>(1.489)</b>	<b>2.488</b>	<b>39.694</b>
<b>Saldos:</b>					
BD-I	(12.911)	30.581	(889)	(4.772)	12.009
OP	14.321	14.722	385	9.243	38.671
R	(7.952)	(66)	(985)	(1.983)	(10.986)
<b>Total</b>	<b>(6.542)</b>	<b>45.237</b>	<b>(1.489)</b>	<b>2.488</b>	<b>39.694</b>
<b>Déficit registrado</b>	<b>(20.863)</b>	<b>(66)</b>	<b>(1.874)</b>	<b>(6.755)</b>	<b>(29.558)</b>
<b>Superavit não registrado</b>	<b>14.321</b>	<b>45.303</b>	<b>385</b>	<b>9.243</b>	<b>69.252</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.277</b>	<b>7</b>	<b>390</b>	<b>846</b>	<b>3.520</b>
<b>Não circulante</b>	<b>18.586</b>	<b>59</b>	<b>1.484</b>	<b>5.909</b>	<b>26.038</b>

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício:

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(15.650)	(1569)
Contribuições da Companhia/Participantes	3.391	674
Outros Resultados Abrangentes	(7.968)	(1.499)
Receitas e (Despesas) correntes	(3.281)	(195)
Efeito do limite do teto do ativo	(6.050)	353
<b>Total</b>	<b>(29.558)</b>	<b>(2.236)</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2018:

	EMT	EMS	ETO	ESS	Total
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Custo do serviço corrente (com juros)	414	2	259	239	914
Juros sobre as obrigações atuariais	17.830	34	1.497	10.057	29.418
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(17.285)	(29)	(1.401)	(10.314)	(29.029)
Juros sobre o excesso ao valor justo dos ativos	1.339	-	36	864	2.239
Contribuição dos participantes do plano	(21)	-	(1)		(22)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	2.277	7	390	846	3.520

b) Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2017		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	71,92%	73,10%	63,17%
Créditos privados e depósitos	10,86%	11,51%	10,95%
Fundos de investimento	16,14%	12,72%	17,82%
Empréstimos e financiamentos	1,05%	1,22%	2,55%
Operações compromissadas	0,03%	0,01%	0,00%
Investimento imobiliário	0,00%	1,44%	5,47%
Outros	0,00%	0,00%	0,04%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**Uso de estimativas:** Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido às restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

## Plano de saúde

As Controladas mantêm benefício pós emprego, Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

No exercício de 2017 as controladas procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego) de assistência médico-hospitalar tendo apurado o montante de R\$39.814, dos quais R\$22.992 foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R\$2.581 em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$14.241 referente ao ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas com o plano de saúde foram de R\$42.272 (R\$40.682 em 2016), no consolidado.

	Consolidado
	2017
Valor presente das obrigações no início do ano	22.045
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	947
Juros sobre obrigação atuarial	2.581
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	14.241
Valor das obrigações calculadas no final do ano	39.814
Circulante	5.467
Não Circulante	34.347

Demonstração das despesas para os exercícios de 2018, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado
	2018
Custo do serviço corrente (com juros)	1.747
Juros sobre as obrigações atuariais	3.719
Valor das obrigações calculadas no final do ano	5.466

## 39. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Vigência	Contrato de compra de energia - reais mil (*)				
		2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	1.245.841	1.401.013	1.419.974	1.449.365	19.296.104
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	443.318	470.435	356.162	363.097	6.635.017
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2018 a 2048	688.998	695.241	673.576	689.066	11.752.322
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2018 a 2026	413.837	425.981	385.957	393.518	7.849.123
		2.791.994	2.992.670	2.835.669	2.895.046	45.532.566

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

## 40. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2017 e 2016, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2017	2016
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	710.102	405.973
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	158.748	90.221
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores	103.908	67.718
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	51.778	49.464
Estoques - transferência para o intangível	2.791	2.728
Outras contas a receber - Créditos Governo do Estado de Tocantins		-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Partes Relacionadas - compensação de créditos	358.715	-
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	103.908	67.718
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	51.778	49.464
Intangível - transferência para estoques	2.791	2.728
<b>Atividades de financiamento</b>		
Partes Relacionadas - compensação de débitos	358.715	-
<b>Dividendos Governo do Estado de Tocantins</b>	35.107	-
<b><u>Venda da aeronave</u></b>		
<b>Atividades operacionais</b>		
Outras Contas a Receber	11.630	-
Depósitos e Cauções Vinculados	9.661	-
Impostos a recuperar	5.620	-
Tributos e contribuições sociais	3.593	-
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	1.718	-

## 41. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Exercícios findos em:	
	2017	2016
<b>Lucro líquido básico por ação - operações continuadas:</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	-	52.918
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	111.229	106.798
	<b>111.229</b>	<b>159.716</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	-	550.328
Média ponderada de número de ações ordinárias	2.057.875	1.221.731
	<b>2.057.875</b>	<b>1.772.059</b>
<b>Lucro líquido básico por ação:</b>		
Ação preferencial	-	0,0962
Ação ordinária	0,0541	0,0874



## 42. Eventos subsequentes

---

### 42.1 Aquisição/Alienação de Participação Acionária

A aquisição das ações pela Energisa foi realizada por força do exercício do Direito de Venda Superveniente previsto no item 2.12 do edital de oferta pública para aquisição de até a totalidade das ações da Companhia, publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017.

### 42.2 Bandeiras tarifárias:

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país

### 42.3 Empréstimos Contratados

Em 16 de Janeiro de 2018 a controlada direta EMT captou junto ao Bank Of América N.A., R\$80.000 em moeda estrangeira com vencimento em 15/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,20% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,43% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

Em 31 de Janeiro de 2018 a controlada direta ETO captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 29/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,20% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,47% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

### 42.4 Empréstimos Liquidados Antecipadamente

Em 08 de Fevereiro de 2018 a controlada direta ESS efetuou a liquidação antecipada junto ao Itaú Unibanco S/A dos financiamentos contratados junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR que venceriam em Novembro de 2021 no valor de R\$71.753.

### 42.5 Emissão de Debentures:

O Conselho de Administração da empresa Energisa Mato Grosso do Sul aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização de da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, emitidas 15.000 (quinze mil) no valor de até, R\$150.000. Em 07 de março de 2018, foram realizadas a 10ª emissão das debêntures com Série Única em moeda corrente com vencimento em 15/02/2021 e remuneração de CDI mais 1,10% ao ano.

O Conselho de Administração da empresa Energisa Mato Grosso, aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$470,0 milhões.

### 42.6 EMT resgata antecipadamente 5ª emissão de debêntures

A Energisa Mato Grosso realizou, em 16 de janeiro de 2018, o resgate antecipado total da sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O valor do resgate atingiu R\$228.363, equivalentes ao saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento de remuneração, bem como dos encargos moratórios e do prêmio de resgate.

## 42.7 Controladora Energisa aumenta participação societária na EMT

A Energisa S/A, controladora indireta da Energisa Mato Grosso (“EMT”), realizou leilão de oferta pública voluntária para a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da EMT, conforme edital da oferta publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017. Em decorrência, em 16 de janeiro e 2 de fevereiro de 2018, foram adquiridas pela Energisa S/A 61.742.613 ações de emissão da EMT, pelo valor de R\$531.294, elevando-se a sua participação, direta e indireta, na EMT de 66,61% para 95,61%, conforme demonstrativos a seguir:

### Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Antes da Oferta

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	3.626.634	4,94	15.399.302	11,04	19.025.936	8,94
Outros acionistas	16.671.439	22,68	54.433.007	39,04	71.104.446	33,39
<b>Total do capital social</b>	<b>73.478.111</b>	<b>100,00</b>	<b>139.432.535</b>	<b>100,00</b>	<b>212.910.646</b>	<b>100,00</b>

### Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Após leilões em 16/01/2018 e 02/02/2018

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	15.670.265	21,33	65.098.284	46,69	80.768.549	37,94
Outros acionistas	4.627.808	6,29	4.734.025	3,39	9.361.833	4,39
<b>Total do capital social</b>	<b>73.478.111</b>	<b>100,00</b>	<b>139.432.535</b>	<b>100,00</b>	<b>212.910.646</b>	<b>100,00</b>

Os acionistas titulares das ações da EMT remanescentes em circulação terão o direito de, até 16 de abril de 2018, inclusive, venderem suas ações à Companhia, pelo preço por ação de R\$ 8,60, atualizado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, publicada pelo Banco Central do Brasil (Taxa SELIC), desde a data de liquidação do leilão até a data do efetivo pagamento, e, eventualmente, ajustado pelos pagamentos ou direitos de dividendos ou juros sobre o capital próprio.